

**SOUSA GALITO, Maria (2014). Projecto: Geopolítica Portuguesa do Séc. XXI –
Perspectiva e Prospectiva. *CI-CPRI*, AI, N.º 19, Maio, pp. 1-50.**

AI: Artigo de Investigação

CI-CPRI



PROJECTO

**GEOPOLÍTICA PORTUGUESA
DO SÉC. XXI: PERSPECTIVA E
PROSPECTIVA**

MARIA SOUSA GALITO

Lisboa, Abril, 2014

Índice

Resumo	2
<i>Abstract</i>	2
Introdução	3
Geopolítica do Ponto de Vista Conceptual	6
Geopolítica Portuguesa em Perspectiva	19
Geopolítica Portuguesa em Prospectiva	32
Conclusão	44
Bibliografia	47

Resumo

Este projecto centra-se no presente e projecta-se no futuro com o objectivo de reflectir sobre os conceitos de geopolítica, de realismo e idealismo políticos. Estuda a geopolítica portuguesa no sentido amplo, mormente em contexto de crise nacional e internacional. E reflecte sobre os desafios que existem e mais se prevêem para Portugal nos próximos anos, com o recurso à análise de cenários geopolíticos prospectivos.

Palavras-chave: geopolítica, Portugal, realismo político, idealismo político, UE.

Abstract

This project focuses on the present while projecting itself in the future, in order to reflect on the concept of geopolitics, realpolitik and political idealism. Studies Portuguese geopolitics in the broad sense, namely in the context of national and international crisis, and reflects on the challenges that exist and more are expected in Portugal in the coming years, also analyzing prospective geopolitical scenarios.

Keywords: geopolitics, Portugal, realpolitik, political idealism, EU.

Introdução

O primeiro capítulo propõe uma revisão da literatura no âmbito da geopolítica. Esta etapa é fundamental na pesquisa científica, pois é através dela que o pesquisador contextualiza o seu trabalho dentro da área de pesquisa através da escolha de autores pertinentes que ajudem a fundamentar a argumentação e a investigação.

O primeiro capítulo testa como hipóteses, que a geopolítica estuda a forma como o poder político se projecta no espaço e como o espaço condiciona o poder político; que a afirmação de poder é o cerne do paradigma realista das relações internacionais, razão pela qual os Estados partidários do paradigma idealista acabam seguidores e não líderes no xadrez internacional.

O segundo capítulo entra especificamente na esfera da geopolítica portuguesa e identifica os principais factores geopolíticos do país. Testa as seguintes hipóteses: Portugal tem vindo a adoptar o paradigma idealista das relações internacionais, nomeadamente desde a adesão ao bloco regional europeu (antiga Comunidade Económica Europeia – CEE – e actual União Europeia – UE). Portugal PPP (pequeno, pobre e periférico) é uma percepção negativa dos principais factores geopolíticos portugueses, os quais, explorados positivamente conseguiram elevar o país, no séc. XV, ao estatuto de império global; e que, negligenciados, aproximaram Portugal, no séc. XXI, da condição de “Estado Exíguo”, com perda do poder relativo no xadrez internacional depois da entrada no país da *Troika* (palavra russa que em língua portuguesa significa *Triunvirato*) constituída por representantes da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional).

O segundo capítulo analisa inclusivamente o contexto actual ao identificar as causas e as principais características da crise nacional, fundamentando o encadeamento lógico com o recurso a bibliografia primária (entrevistas) e secundária. Aos especialistas foram colocadas algumas questões sobre a verdadeira situação actual do país, tais como, se o problema-chave português era de falta de recursos; má gestão de recursos (ineficiência), ou uma questão de mentalidade (má identificação/exploração dos recursos disponíveis; se a crise económico-financeira portuguesa era sobretudo interna ou externa.

O terceiro capítulo propõe um estudo prospectivo da geopolítica portuguesa. São confrontadas opiniões fundamentadas de autores seleccionados. Neste capítulo, também se analisam algumas das respostas dos especialistas entrevistados sobre o porvir de

Portugal e sobre algumas tendências geopolíticas previsíveis no futuro próximo. Foi inclusive, perguntado se Portugal após 2008 foi alvo de *bullying* nos mercados internacionais, ao ser incluído na sigla PIGS ou ao receber constantes cortes nos *ratings* da sua dívida soberana por ter um problema de performance baixo; do ponto de vista relativo não é das economias piores, mas a UE deixou isolar o nosso país e castigou os Estados-membros do sul por os considerar mal comportados; ou faz parte de um *master plan* para abrir as portas à União Bancária e, em última análise, à Federação Europeia? Recorre-se igualmente à análise simplificada de dois cenários geopolíticos (um de continuidade e afinamento, e outro de transformação e afirmação), que podem ajudar a equacionar alguns riscos e potencialidades futuras.

Em termos metodológicos, o trabalho procurou salvaguardar a componente teórica, tanto ao nível do conteúdo teórico propriamente dito e do âmbito da pesquisa bibliográfica, como da formulação do problema (questões, propósitos e hipóteses, justificação e pertinência); da adequação da metodologia ao problema e objectivos; da qualidade de análise de dados e exaustividade; da discussão, das conclusões e considerações finais. O texto tentou ser fiel à consistência geral do trabalho com equilíbrio entre secções; procurou ser claro, com ortografia e sintaxe, e recorreu a mapas de forma coerente no último capítulo. O objectivo era defender um tema de forma original e criativa, inovadora e relevante, com contribuição teórica, passível de ser igualmente útil e prática, através de capacidade argumentativa e crítica.

No que concerne à componente formal, seguiu-se a norma Harvard no corpo de texto e nas referências. A autora escolheu escrever segundo o antigo padrão ortográfico. Apesar do novo Acordo Ortográfico ter entrado em vigor em Portugal no ano de 2009, a decisão é possível com base no art. 2º da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, pp. 4802-4803, que prevê um prazo de seis anos para a transição definitiva para a nova ortografia.

No período de pesquisa e preparação do projecto, houve reuniões de trabalho com o Professor Doutor Félix Ribeiro e o Professor Doutor António Costa Silva. Foi igualmente empregue a técnica da entrevista, instrumento de investigação científica no

âmbito das ciências sociais, que se considera fonte de informação¹ complementar à pesquisa bibliográfica, empregue com vista a obter novo conhecimento Sendo assim, entre os meses de Fevereiro e Abril de 2013, foram efectuadas entrevistas a peritos cujas opiniões fundamentadas pudessem ajudar à análise das matérias em discussão, relacionadas com a geopolítica portuguesa no séc. XXI.

Optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas, pois a auditora propunha algumas perguntas principais mas permitia a alteração da sequência ou até a introdução de novas perguntas sempre que surgia a oportunidade de recolher informação extra. «O entrevistador tem, assim, possibilidade de adaptar este instrumento de pesquisa ao nível de compreensão e receptividade do entrevistado.» (Moreira, 1994: 133)

Os especialistas que acederam em participar no projecto, foram o Major General Pedro Pezarat Correia, o Professor Doutor João Ferreira do Amaral, o Professor Doutor Vítor Bento, o Professor Doutor João Duque, o Major General José Freire Nogueira, o General José Loureiro dos Santos e o Dr. Joaquim Aguiar. A todos se agradece profundamente a sua disponibilidade para participar neste projecto. As suas respostas serviram de apoio à fundamentação teórica e foram analisadas ao longo do texto.

¹ «A entrevista é a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objecto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das acções, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.» (Ribeiro, 2008: 141)

Geopolítica do Ponto de Vista Conceptual

«(...) *Sed quis custodiet ipsos Custodes?*(...)»
(Juvenal)²

Do ponto de vista teórico, importa explicar o conceito de geopolítica, pelo que se confrontam opiniões fundamentadas de autores sobre o termo em questão. A geopolítica é considerada uma área relativamente recente, pois terá surgido nos finais do séc. XIX.

A versão do sueco Rudolf Kjellén é considerada a primeira, segundo a qual, geopolítica é uma ciência que estuda a relação entre geografia/Estado e que define o Estado como um organismo geográfico³ com território e população. O autor foi influenciado pelo seu predecessor alemão, Friedrich Ratzel⁴, que havia teorizado sobre geografia política, ao defender que a noção de Estado era inseparável da de território, e que o espaço era poder. Isto porque «(...) o que permanece por fazer a fim de alçar a um nível superior o conjunto da geografia política, somente pode vir do estudo comparativo das relações que empreendem o Estado e o solo.» (Ratzel, 1987: 18). Ao mesmo tempo, sugeria que «(...) uma política estatal correcta é a de evitar que as dissensões que ocorrem no interior da sociedade se transformem em conflitos geográficos.» (Ratzel, 1987: 66).

O alemão Karl Haushofer, fundador do Instituto de Geopolítica em 1922 e da Revista de Geopolítica em 1924, admite a disciplina dinâmica e instrumental na explicação da forma de repartição das potências no espaço, na medida em que pode ser uma «(...) chave para os jogos de forças que afectam o presente e o nosso futuro (...)» (Haushofer, 1986: 104). Traduz-se na prática como a arte da política que «(...) enfrenta as coisas difíceis no espaço (...)» (Haushofer, 1986: 102-103). Quando a geopolítica ocupa o lugar da paixão humana⁵, sabe-se que nem sempre os governantes são moderados e que se podem “produzir rupturas, novas fertilizações e formações”. (Haushofer, 1986: 103).

² «(...) Quem vigia os vigilantes? (...)» (Madan, 1839: 195)

³ «De acordo com Kjellén há constante interacção entre nação, população e poder do Estado; a principal tese do seu ponto de vista é que o Estado é um organismo.» (Haggman, 2007: 105)

⁴ «Kjellén (...) assumiu-se como discípulo de Ratzel, alemão, com uma concepção determinista da geografia (...) Kjellén encontrou no termo geopolítica a solução para definir a relação geografia/Estado (...) No fundo, a grande preocupação de Kjellén era contrariar a ideia, então dominante, de que o Estado era fundamentalmente um conjunto de normas jurídicas e colocar a tónica nos seus pilares mais palpáveis, território e população, ou seja, a geografia.» (Pezarat Correia, 2012: 230-231)

⁵ «A Geopolítica toma o lugar da paixão política, uma evolução conforme às leis da natureza dá uma nova forma às criações do arbitrário de uma vontade humana desenfreada. A natureza em vão cortada pela espada readquire os seus direitos na superfície e à face da terra. Isso é a geopolítica.» (Haushofer, 1986: 104)

É «(...) muito importante para a imprensa, para o educador político, para o homem de Estado saber com que ideias ele pode contar, por estarem sempre vivas junto do povo, do círculo cultural ao qual se dirige.» (Haushofer, 1986: 110). Para o autor, a geopolítica tem como objectivo a inserção do indivíduo no seu meio natural e a coordenação dos fenómenos, ao relacionar o Estado com o espaço.

Estamos nos primórdios da conceptualização de um meio que procura justificar a luta pelo espaço vital em que os Estados se expandem de forma a atingirem as necessidades das suas populações, o que pode implicar a conquista de território além fronteira. A geopolítica permite assim apreender a essência da política; deve oferecer ao Estado os meios e o quadro intelectual para agir e pensar no seu futuro. Há aqui um carácter ideológico associado, tanto que, no após II Guerra Mundial, a geopolítica foi criticada como “arma ideológica”⁶ e considerada, não uma ciência, mas uma pseudo-ciência⁷.

A geopolítica é produto do seu tempo e tem evoluído em consonância com as épocas em que é estudada. No entender de Cohen (2003), a geopolítica relaciona configurações geográficas com processos políticos, e avalia os efeitos dessa interacção⁸. A sua versão mais moderna não determina direcções a seguir, mas alerta os políticos sobre o impacto das suas decisões neste tipo de interacção. Uma questão a ressaltar, por a geopolítica já ter sido considerada determinística, uma receita para o estadismo, e distorcida no passado para fins específicos de certos países. (Cohen, 2009: 11)

Mais recentemente, a nova geopolítica surge como uma disciplina integrada na cultura da paz e da gestão do espaço planetário, de forma a corrigir os efeitos dos grandes conflitos, ao desenvolver o conceito em quatro vectores: através da geoeconomia, do poder ao serviço da geografia económica e da gestão dos recursos naturais, com objectivos em torno do desenvolvimento sustentável; da demopolítica, do poder exercido em função da geografia humana, com propósitos de política cosmopolita

⁶ «A Geografia política (...) pintura válida de um aspecto da realidade do poder nacional, aliás, uma pintura contemplada do ângulo exclusivo (...) Nas mãos de Haushofer e seus discípulos, a Geopolítica foi transformada em uma espécie de metafísica política, a ser empregada como uma arma ideológica a serviço de aspirações nacionais da Alemanha.» (Morgenthau, 2003: 310)

⁷ «A pior caricatura da geografia aplicada da primeira metade do século XX foi a geopolítica, justificando automaticamente qualquer reivindicação territorial, qualquer ‘pilhagem’ por pseudo argumentos científicos.» (George, 1968: 12)

⁸ «“A Geopolítica” é definida neste volume como a análise da interacção entre, por um lado, configurações geográficas e perspectivas e, por outro lado, processos políticos. As configurações são compostas de características geográficas e padrões e das regiões de múltiplas camadas que elas formam. Os processos políticos incluem forças que operam a um nível internacional e na cena interna que influenciam um comportamento internacional. Tanto as configurações geográficas como os processos políticos são dinâmicos, e cada qual é influenciado pelo outro. A geopolítica reporta-se às consequências desta interacção.» (Cohen, 2003: 12)

inclusivos a nível global; da ecopolítica, com o poder ao serviço da preservação do ambiente; e da biopolítica, que ao invés de ser um poder exercido sobre a vida das populações (politização da vida), promoveria a segurança dos Estados ao garantir a segurança das populações (vitalização da vida). (Pezarat Correia, 2012: 244)

Para Pezarat Correia, hoje em dia, a geopolítica presta-se a “distintas interpretações”, e que «(...) se tornou moda o recurso à palavra geopolítica para qualificar situações, fenómenos, ou relacionamentos que, de facto, não cabem rigorosamente no seu domínio.» (Pezarat Correia, 2004: 97) Passou-se a entender o “geo” na sua dimensão global e não na sua dimensão natureza, para tratar das opções das grandes potências no xadrez internacional; a imiscuir-se indevidamente no quadro do sistema internacional que trata da “correlação de forças e do jogo diplomático entre Estados”; na geografia política que lida com a representação cartográfica da repartição geográfica do poder; e no campo da polemologia que é apanágio da geoestratégia. (Pezarat Correia, 2012: 239)

O problema destas definições e subdivisões é que não ajudam a estabelecer limites à análise disciplinar. No geral, a investigação insere-se numa área científica onde se cruzam várias disciplinas de forma interdependente. As quais, para Pezarat Correia, são a política, a estratégia, a geografia (incluindo a geografia política), a geoestratégia e a própria geopolítica; as outras duas “acessórias” são a economia e a História (Pezarat Correia, 2004: 98). Sendo assim, a geopolítica seria matéria muito específica, qual «(...) estudo dos factores geográficos em função da decisão política.» (Pezarat Correia, 2012: 239). Será esta a melhor forma de encarar a questão?

Outra proposta é a geopolítica ser considerada uma disciplina dinâmica e multidisciplinar, que relaciona de forma interdependente outras fontes do conhecimento como a Economia, a Política, a História e a Geografia. Neste caso, a geopolítica pode ser uma designação geral que abarca subáreas como a geoeconomia, a geoestratégia, a geografia política, a geografia militar e a História militar. (Mendes Dias, 2005: 62-66).

No fundo, a geopolítica começou por ser considerada uma ciência, por influência de Kjellén; depois passou a ser uma arte da política ou técnica ao serviço dos Estados, uma perspectiva mais próxima de autores como Haushofer. Durante a II Guerra Mundial a geopolítica foi utilizada como instrumento de ideologia política pelo governo da Alemanha, que acabou derrotado no conflito armado, levando consigo a reputação da

geopolítica no âmbito académico⁹. Mas a geopolítica acabou por despertar a atenção novamente a partir da década de setenta do séc. XX quando surgiram então perspectivas sobre geopolítica. Hoje em dia, é talvez mais entendida como um campo de estudos, uma área interdisciplinar; tanto que têm sido fundados institutos de estudos geopolíticos e/ou estratégicos, que empregam especialistas de diferentes áreas científicas, tais como politólogos, geógrafos, historiadores, militares, economistas e sociólogos.

Se a geopolítica é uma área multidisciplinar que estuda a acção do poder político sobre o espaço, e a geografia política é uma análise cartográfica e estática, então a geopolítica propõe uma análise dinâmica¹⁰, voltada para a acção e para as relações (passadas, actuais e futuras) dos agentes políticos a nível nacional ou global (mormente dos Estados mas não só), que inclui o estudo dos factores geográficos em função da decisão política. Pelo que observa relações entre os actores do sistema internacional (mormente os Estados, individualmente ou enquanto Estados-membros de blocos regionais ou de outras organizações internacionais; mas também organizações não-governamentais, multinacionais ou mesmo os indivíduos quando se agrupam em manifestações simultaneamente em vários países, procurando assim expressar a sua opinião pública nos territórios em que valem votos ou podem influenciar o poder político). Estas são dinâmicas no sistema internacional à escala planetária, ou através do modelo clássico do xadrez (relações baseadas na afirmação do poder soberano, sobretudo bilaterais, onde predomina o realismo político) ou do póquer (relações de cooperação ou de poder partilhado, mormente multilaterais, onde prevalece o idealismo político).

Aqui também importa incluir outras dimensões de análise, tais como a “geopolítica interior” levada a efeito pelos agentes individuais dentro de cada Estado e da “geopolítica exterior” praticada pelos Estados no sistema internacional. Os Estados são aqui entendidos como organismos políticos que devem ser perspectivados dos factores

⁹ «A disciplina teve de ultrapassar algumas vias mais controversas. Introduzida há um século como uma área de estudo determinística e uma receita para o estadismo, foi primeiro apresentada como um pacote de leis determinadas pela geografia que governavam os destinos estratégicos dos estados e evoluiu para o culminar geográfico do realismo político. Apresentada como uma ciência, a sua legitimidade escolar foi questionada na medida em que lhe faltavam os princípios empíricos no desenvolvimento das suas doutrinas que serviam as necessidades singulares de estados em particular. Além disso, o enfoque no realismo político foi criticado pela ausência de base moral e ética. Mais tarde, nas mãos da Alemanha nazi, a geopolítica tornou-se uma pseudo-ciência distorcida sem base científica.» (Cohen, 2009: 11)

¹⁰ «Esclarecendo, desde o início, que a geopolítica e a geografia política, não são a mesma coisa mesmo que tenham pontos de contacto. A geografia política trata da forma e da divisão política dos estados em uma determinada época, ou seja, de uma situação estável; a geopolítica, por outro lado, indaga os movimentos nos sucessos estatais, os que conduzem a mudanças, alterações e transformações de situações existentes e estuda os resultados (...)» (Hennig e Körhoiz, 1977: 13)

primeiros da geopolítica, tais como a localização geográfica; a língua; a demografia, o clã, a etnia, a dinastia, a Nação; a religião; os recursos e os modos de vida, enquanto categoria socioeconómica. (Chauprade, 2007: 927)

Neste contexto, a geopolítica pode ser entendida de forma abrangente e não restritiva, porque a base da análise são as relações de poder político no espaço. Mesmo quando se admite a existência de uma geopolítica propriamente dita que estuda os factores geográficos em função da decisão política; ou a geoeconomia que avalia os factores geográficos em função da decisão económica; ou a geoestratégia que analisa os factores geográficos em função da decisão militar/estratégica; quando estas decisões são afirmações do poder político no espaço, talvez se possam considerar igualmente geopolítica no sentido amplo.

Para explorar melhor esta hipótese, admite-se que a geopolítica se subdividiu em duas escolas de pensamento: uma centrada na Nação e outra mais universalista¹¹. Com base nesta perspectiva, faz sentido explicar três conceitos que foram entretanto enunciados: o de poder, de poder político; os paradigmas do realismo político (*realpolitik*) e do idealismo político no âmbito das relações internacionais.

O que é o poder¹²? Na Grécia Clássica, é possível que se traduzisse por palavras como *arché* (aquilo que dá origem a tudo, mais tarde poder ou mesmo soberania), *dynamis* (força, poder, dinamismo) e *kratos* (força, poder); ou no sentido pejorativo ou ilegítimo, qual sinónimo de abuso de poder, por *tyranos* (tirano) e *despoteia* (déspota); e a *arché politike* (poder político) actuava dentro da *polis*¹³ (Herb, 2013: 267-268). Aristóteles

¹¹ «Durante e desde a Guerra Fria, o seu âmbito [geopolítica] divergiu em duas escolas de pensamento que competem entre si – uma centrada na nação, e outra oferecendo perspectivas universalistas.» (Cohen, 2009: 11)

¹² «(...) influxo real de uma pessoa ou grupo sobre outras pessoas ou grupos, independentemente da legitimidade ou moralidade desse influxo, que constitui um domínio sobre outros. (...) pode coincidir com a autoridade – se vem reconhecido como legítimo e sancionado como executor da ordem estabelecida (...) a pretensão de deter o monopólio do uso legítimo da força (física, quando for o caso) com vista à realização da sua ordem (...) o prestígio é uma redundância desse poder (...) a identificação, de facto, de Poder com autoridade, da estrutura real com a estrutura formal (...) a capacidade de impor a própria vontade ou ideias, dando assim o tom, a ideologia e a forma de uma sociedade (...).» (Cabral Ferreira, 1977: 346-347)

¹³ «A *polis* é o espaço onde decorre» a mais excelente experiência humana de vida em comunidade. A partilha simbólica e existencial da mesma língua, costumes, cultos e estatutos cívicos, sob um mesmo regime (*politeia*) e em vista de um interesse comum (*sympheron*), formam a comunidade política (*koinonia politike*). A comunidade política decorre da conjugação de dois factores constitutivos: um funcional e um orgânico. O primeiro resulta dos laços jurídicos (*dikaion*) entre os indivíduos abrangidos pela mesma ordem constitucional; o segundo deriva dos laços de amizade (*philia*) fundada em critérios de natureza étnica e genética. A ideia de *ethnos*, que poderíamos traduzir por “povo” no sentido de “congregação de indivíduos de condição comum” liga-se intimamente à ideia de *genos*, que poderíamos traduzir perifrasticamente por “reunião de indivíduos vinculados por nascimento a um antepassado comum” (...).» (Campelo Amaral e Carvalho Gomes, 1998: 594)

escrevia sobre o “ser vivo político”¹⁴, o homem da cidade cuja acção é teleologicamente orientada e visa o bem; sobretudo o bem auto-suficiente, o fim derradeiro que seria a felicidade. Na Antiguidade romana, talvez *potentia* (poderio do Estado) e *auctoritas*¹⁵ (autoridade pública do cidadão) fossem palavras mais utilizadas para significar poder (Herb, 2013: 267-268).

Desde os tempos da antiguidade greco-romana, o conceito de poder evoluiu ao longo dos séculos, atravessou diferentes épocas com específicas necessidades e desafios. O conceito evoluiu na medida das necessidades de convivência do ser humano na *polis*; regularmente pressionado pela existência de conflitos, ou mesmo de guerra na sua cidade, no seu país, no mundo em que habitava.

A obra *História da Guerra do Peloponeso* poderá ter iniciado a tradição realista das relações internacionais (Villa e Tostes, 2006: 73), pelo menos na Europa, ao descrever a relação conflituosa entre as cidades-estado gregas; ao considerar que as políticas expansionistas de Atenas e o facto dessa manifestação de poder ter sido considerada uma ameaça para Esparta ter tornado a guerra inevitável. (Tucídides, 2008: 67).

No Renascimento, Maquiavel foi um dos grandes responsáveis pela definição moderna de poder, da relação entre política e ética (Winter, 2006: 118). Maquiavel explicava que: «(...) o popular não gosta de ser mandado nem oprimido pelos mais poderosos e de os poderosos terem sede de mandar e oprimir o povo.» (Maquiavel, 2000: 54), sendo famoso por ter defendido que o líder político é melhor ser temido a ser amado, se não puder ser as duas coisas. Mas o autor não esquece a meia medida, pois «(...) o príncipe deve fazer-se temer de tal modo que, se não conseguir a amizade, possa pelo menos fugir à inimizade, visto haver a possibilidade de ser temido, e não ser odiado, ao mesmo tempo.» (Maquiavel, 2000: 90). Isto porque: «(...) um príncipe com um povo hostil nunca se pode sentir em segurança, pois o povo é muito numeroso, mas pode-se precaver dos grandes, que são poucos.» (Maquiavel, 2000: 55). Se há diferença entre ser temido e odiado, talvez Maquiavel quisesse ressaltar que o líder político deve ser,

¹⁴ «(...) uma cidade é uma daquelas coisas que existem por natureza e que o homem é, por natureza, um ser vivo político.» (Aristóteles, 1998: 53)

¹⁵ *Auctoritas* é, inclusivamente, «Uma palavra latina muito difícil de traduzir, pois significa mais do que o termo autoridade. Este termo implicava proeminência, influência, chefia, importância pública e privada e – acima de tudo – a capacidade de influenciar o curso dos acontecimentos através da mera reputação pública ou pessoal» (McCullough, 1992: 871)

acima de tudo, respeitado; razão pela qual ao governante compete ser prudente¹⁶; deve possuir uma virtude prática e útil; não deve pilhar ou cobiçar o que é de terceiros, nem ser inconstante, nem leviano, nem covarde ou irresoluto, mas sim «(...) grandeza, magnanimidade, seriedade e força e nas suas decisões acerca das intrigas particulares dos seus súbditos uma certa irrevocabilidade.» (Maquiavel, 2000: 97). Resumindo, «Os Estados bem governados e os príncipes sensatos, dedicaram sempre os seus cuidados a não desesperar os grandes e a satisfazer o povo.» (Maquiavel, 2000: 100).

As teorias realistas de Maquiavel foram defendidas num contexto de crise e de rivalidade entre soberanias (no caso específico, entre cidades-estado italianas). O poder¹⁷, nomeadamente a definição do referido autor florentino, gera alguma suspeita. Afinal, torna-se difícil estabelecer os limites quando baseados no “bom senso” do líder, conforme proposto por Maquiavel para a arte de governar. A tradição greco-romana, recorda a Sátira VI de Juvenal: «(...) quem vigia os vigilantes? (...) (Madan, 1839: 195)

«A política é muitas vezes considerada um elemento perturbador da solução correcta dos problemas económicos e sociais.» (Hurtig, 1966: 74). Ao mesmo tempo, «(...) a solução dos problemas que uma sociedade defronta depende de escolhas; e estas escolhas são frequentemente políticas.» (Hurtig, 1966: 74). Sendo assim, o poder político é necessário para haver ordem em sociedade, podendo ser adquirido e conservado pelos cidadãos, na medida em que o «Poder político é aquele que, num sistema dado, é reconhecido como tal (ou se quisermos: *entendido como tal*) por aqueles que o utilizam.» (Hurtig, 1966: 80).

No âmbito das relações internacionais, «(...) as doutrinas realistas formam a mais densa tradição de política externa desde que se configurou o moderno sistema de Estados.» (Magnoli, 2004: 28) sugerido na Paz de Westfalia (1648). Morgenthau (2003) argumenta que a política internacional é governada por leis objectivas e universais baseadas em interesses nacionais definidas em termos de poder, e que as nações agiam em termos de prudência e praticabilidade. Neste contexto, as relações internacionais são um jogo de poder e «(...) as relações entre nações não são essencialmente diferentes das

¹⁶ «Enquanto no mundo antigo a virtude se confundia com a boa política que se orientava pela justiça e pelo bem comum, em Maquiavel, a virtude passa a situar-se entre o bem e o mal – a partir de agora a virtude torna-se uma acção política bem-sucedida. O mesmo destino acaba sofrendo a antiga prudência. Se a *prudencia* até então se preocupava com o equilíbrio entre utilidade e justiça, agora ela deve ser restringida a um mero cálculo de benefícios. Maquiavel prefere fórmulas simples. Prudente é aquilo que serve.» (Herb, 2013: 271)

¹⁷ «Apesar disso, sempre temos alguma desconfiança do poder.» (*Id. Ibid.*: 267)

relações entre indivíduos; são somente relações entre indivíduos a uma escala maior.» (Morgenthau, 2003: 63). Sendo assim, a força motriz do sistema internacional é «(...) a aspiração das nações soberanas pelo poder (...)» (Morgenthau, 2003: 89) e há factores que explicam o poder de uma nação face a outras, entre as quais a geografia é o mais estável dos factores, pois reporta-se à localização relativa dos Estados (posicionamento de uns em relação aos outros) e às suas potenciais expansões territoriais.

A política externa dos Estados é organizada em função dos objectivos, pois «O poder nacional tornou-se cada vez mais dependente do controlo das matérias-primas, tanto na paz como na guerra.» (Morgenthau, 2003: 224); e do poder disponível, inclusive ao nível militar/estratégico, pois «A possibilidade de uma guerra nuclear aumentou ainda mais a importância do tamanho do território como fonte de poder nacional» (Morgenthau, 2003: 218). Para além do grau de preparação militar e da geografia, outros factores explicam o poder de uma nação (que é um conceito relativo e não absoluto, pois depende do contexto internacional): a qualidade da diplomacia e do governo (para potenciar a política externa e unir o povo em torno dela, e harmonizar os elementos do poder nacional); os recursos naturais, a capacidade industrial, a população (cuja distribuição no território é, em si, um factor relevante de poder), a índole nacional (ou as qualidades morais e intelectuais de um Estado); e o moral nacional, enquanto factor de estabilidade ou de instabilidade, consoante o povo apoia ou não as políticas externas do seu governo, pois «Embora o moral nacional só esteja sujeito à prova externa em tempo de guerra, ele é importante sempre que o poder nacional de uma nação é suscitado por motivos de um problema nacional.» (Morgenthau, 2003: 267).

No realismo político, a regulação dos conflitos internacionais deve ser obtida mediante um equilíbrio de poder (*balance of power*). Só assim se promove a segurança e a paz internacionais, se contraria anarquia e a tendência dos Estados em promover uma «(...) política de prestígio que se concretiza mediante a demonstração do poder que uma nação tem (ou pensa que tem, ou que deseja que os outros acreditem que ela tem) (...)» (Morgenthau, 2003: 156). Afinal, a política expansionista dos Estados, ou seja a política de imperialismo «(...) é uma política que visa a demolição do *status quo* que busca uma

alteração nas relações de poder entre duas ou mais nações.» (Morgenthau, 2003: 98). E que a cobiça humana que governa os povos tenderá sempre para o expansionismo¹⁸.

Neste sistema de relações internacionais neo-realista, a distribuição de poder no mundo já não é tão centralizada no Estado e nas relações entre Estados. Neste modelo regista-se crescente “interdependência complexa” num contexto de “maior margem de segurança percebida” (Keohane e Nye, 1977: 23), em que a economia passou a ser o elemento principal nas disputas entre países.

A instituição Estado, apesar das pressões que sofre da globalização, do mercado internacional e dos outros actores internacionais, mantém a sua relevância estratégica nas relações globais¹⁹. Desmistificam-se assim teorias que defendem um Estado sem poder face aos trâmites actuais da globalização; surgindo outras teorias que admitem uma espécie de internacionalização dos Estados-Nação, num processo em que os países possuem um papel económico activo, dinâmico, interveniente. (Weiss, 1997: 3)

Actualmente, o Estado surge mais vezes enquanto instituição e a Democracia enquanto regime político (Villa e Tostes, 2006: 70) em que o poder emana do povo, o qual escolhe os seus representantes regularmente mas que não admite o exercício da violência oportunista de Maquiavel para o pacificar. Apesar de tudo, o Estado talvez continue a exercer o seu controlo sobre os cidadãos de formas mais subtis, aproveitando-se do facto de ser o «(...) Estado que *conduz as regras do jogo político*.» (Hurtig, 1966: 85). Estas normas, as quais «(...) definem o *regime político*, só parcialmente são expressas pelos textos constitucionais, e a possibilidade de as fixar, interpretar, alterar ou mesmo substituir, constitui um dos móbiles fundamentais da vida política.» (Hurtig, 1966: 86) Mais do que isso, o principal de todos é o «(...) o móbil especialmente político: *a ocupação do poder do Estado*. Em face dele, os móbiles materiais e ideológicos aparecem frequentemente como secundários. (...) é lógico que o grupo que ocupa o poder procure nele perpetuar-se.» (Hurtig, 1966: 85).

¹⁸ «O realismo destaca que os elementos mais importantes da realidade internacional podem ser entendidos sem se levar em conta os diferentes regimes políticos internacionais, na medida em que, assim como a natureza humana é egoísta e imutável, os Estados jamais deixarão de ser expansionistas. Este pressuposto a respeito da natureza auto-interessada dos homens e das instituições, e ainda da irreversibilidade do conflito como fruto da coexistência entre actores, não deixa brechas para a defesa da relação necessária entre regime político e paz» (Villa e Tostes, 2006: 71)

¹⁹ «Ao mesmo tempo em que é foco de pressões do mercado internacional, da “financeirização” da economia, da globalização no sector da comunicação e do crescimento dos actores não estatais no cenário internacional, o Estado parece tentar se fortalecer e se manter como unidade institucional ainda indispensável, mesmo redimensionado no seu papel e nas formas de exercitar e de legitimar a sua autoridade.» (Id. *Ibid.*, 78-79)

Hannah Arendt alertava que o poder em esfera pública é fruto da acção colectiva do grupo que o apoia²⁰. Não é de esquecer que o exemplo de hegemonia alemã no séc. XX, protagonizada por Adolf Hitler, ascendeu ao poder através de processos democráticos, antes de se transformar num modelo de totalitarismo, com uma *geopolitik* de política expansionista agressiva na Europa²¹. Arendt (1965) admitia que a política se tivesse tornado numa grande máquina administrativa, que condicionava à dependência e ao “bom comportamento” grande parte da sua população, que reagia automaticamente aos reptos diários sem reflectir muitas vezes sobre as situações com as quais convivia. Seria este o governo de ninguém²² e que, de certa forma, entorpecia os cidadãos. Neste sistema, o perigo assentava na ideia do poder estar nas mãos do povo que vota guiado por princípios utilitários da economia, pelo medo da crise e do desemprego, em modelos de padrão atrofiado ameaçadores dos direitos humanos e da paz internacional.

Quando há precedente, o risco subsiste. Tanto que, após a II Guerra Mundial, os governos de seis²³ dos países mais afectados pelo conflito (em torno do eixo franco-alemão), resolveram unir-se para facilitar a reconstrução interna do espaço conjunto e evitar nele mais guerra. Em termos geopolíticos, destaca-se aqui a decisão conjunta de criar a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a 18/04/1951; a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA ou Euratom), a 25/03/1957. Actualmente, a CEE deu origem à UE com vinte e oito Estados-membros²⁴, dezoito dos quais também na Zona Euro²⁵.

²⁰ «(...) para Hannah Arendt o poder (...) é uma acção em concerto que funda uma dada comunidade (um grupo, uma cidade, uma nação). (...) Ao conjugar poder e autoridade, Hannah Arendt distancia-se de Max Weber (...) Enquanto para Weber o poder é uma acção estratégica em que o actor visa utilizar, de forma mais eficiente possível, os meios à sua disposição para atingir um fim previamente definido (isto é, submeter a vontade do outro à sua), para Arendt o poder (e a acção política) é um fim em si mesmo (...) Todo o grupo que age em concerto visa produzir poder, isto é, pretende criar consentimento.» (Perissinotto, 2004: 119-120)

²¹ A qual se traduziu num conflito armado internacional (II Guerra Mundial); mas também na discriminação e morte de milhares de pessoas (em especial com o Holocausto dos judeus), às mãos de uma desumanização totalitária destrutiva da individualidade das pessoas, transformando-as em «(...) horríveis marionetas com rostos de homem, todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte.» (Arendt, 2004: 506).

²² «Para avaliar a extensão da vitória da sociedade na era moderna – sua substituição inicial da acção pelo comportamento e a substituição posterior do governo pessoal pela burocracia, o governo de ninguém – pode convir lembrar que essa ciência inicial da economia, que substituiu padrões de comportamento apenas nesse campo um tanto limitado da actividade humana, foi seguida finalmente pela pretensão abrangente das ciências sociais que, como “ciências comportamentais”, visam reduzir o homem como um todo, em todas as suas actividades, ao nível de um animal condicionado e comportado.» (Arendt, 1965: 45)

²³ Alemanha, França, Holanda, Luxemburgo, Bélgica e Itália.

²⁴ Os Estados-membros da UE são a Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.

A construção europeia pode ser um exemplo à luz do idealismo político²⁶, uma corrente de pensamento que ganhou reconhecimento internacional com o término da I Guerra Mundial, o enunciar dos “Quatorze Pontos” de Woodrow Wilson, e a fundação da Liga das Nações; mas sobretudo no após II Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Woodrow Wilson foi um Presidente dos EUA (1913-1921) que, durante as negociações que conduziram ao fim da I Guerra Mundial, advogou a favor de uma diplomacia pública regulada pela opinião pública de cada país, condenou o sistema das alianças secretas e apresentou a proposta de regulação do sistema internacional que incluía a criação da Liga das Nações. Entre os seus “Quatorze Pontos”, precisamente o último refere que «Uma associação geral de nações deve ser formada sobre específicos convénios para o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial dos grandes e pequenos Estados.» (Link, 1984: 536).

Como a Liga das Nações foi inicialmente um projecto falhado, por não impedir que a guerra regressasse ao espaço europeu, foi alvo das críticas de realistas políticos do séc. XX: «A mais importante dentre todas as instituições afectadas por esse intelectualismo míope da política internacional foi a Liga das Nações; que foi uma tentativa de aplicar os princípios do liberalismo de Locke para a construção de uma estrutura internacional para a ordem internacional.» (Carr, 2001: 40)

Por outro lado, se as ideias de Woodrow Wilson defendiam um idealismo político para a Europa, não significa que os EUA seguissem ou sigam uma política externa “altruísta”²⁷. Mesmo naquela época, os EUA velavam sobretudo pelo seu interesse nacional, com uma geopolítica de promoção de paz no continente europeu, devastado

²⁵ Os Estados-membros da Zona Euro são a Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Letónia, Luxemburgo, Malta e Portugal.

²⁶ «Embora sem ter conseguido a completa paz interna que, inspirada pelo ideal kantiano da paz perpétua, foi o valor orientador dos primeiros responsáveis pela nova Europa, liderados por Jean Monnet, inaugurou uma época em que o diálogo assumiu uma importância e uma natureza estruturante sem precedentes históricos: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) onde não há direito de veto legal, o Conselho da Europa dos direitos do homem, a OSCE – Organização de Segurança e Cooperação Europeia –, tudo pluralmente articulado com a ONU e as suas múltiplas organizações especializadas, estruturaram um tecido de reflexão, de apelo à racionalidade, de meditação sobre os valores, de uma complexidade sem equivalente na experiência dos séculos anteriores.» (Moreira, 2011: 85)

²⁷ «Claro, os funcionários da política externa dos EUA nunca promoveram uma ordem mundial liberal simplesmente por altruísmo. Fizeram-no porque acreditavam que um tal sistema serviria os interesses americanos, ao fazer os EUA mais prósperos, influentes e seguros.» (Dueck, 2006: 2)

pela guerra, por assim melhor fomentar a paz mundial, ambiente mais favorável à disseminação das ideias estado-unidenses da Democracia e do Liberalismo Económico. «Para Wilson, a justificativa do papel internacional dos EUA era messiânica: A América não tem obrigação com a balança de poder, mas sim para com a disseminação dos seus valores pelo mundo.» (Kissinger, 1994: 30). Portanto, até quando promoviam o idealismo político nas relações internacionais, os EUA mantinham-se realistas. Conclui-se que seja este o seu paradigma dominante nas relações internacionais.

A diferença é que os realistas promovem alianças oportunistas e estratégicas, em regra menos permanentes ou menos vinculativas, ao passo que os idealistas advogam alianças permanentes. De facto, o idealismo político tem por base princípios e regras estruturadas, e de direito natural ajustado às relações internacionais (Magnoli, 2004: 27). Explica que convém mais aos Estados cooperarem ao invés de competirem entre si, em prol do benefício mútuo. Argumenta a favor das vantagens da segurança colectiva, do desarmamento, da renúncia à guerra como instrumento de política internacional e da prevalência do direito internacional como instrumento moderador de conflitos. Ou seja, admite-se que os seres humanos são capazes de conciliar-se através do diálogo, da ética e da moral; que é viável a existência de instituições internacionais supranacionais capazes de zelar pela paz mundial; que a cooperação é possível num contexto regulado por normas reconhecidas e respeitadas pelos Estados.

Kant é um dos expoentes máximos da corrente de pensamento idealista (Magnoli, 2004: 27). Kant argumenta que os Estados republicanos conseguem conviver em paz uns com os outros ao fomentar o comércio internacional, que o direito internacional ajuda a regular as relações entre Estados e que estes vão deixando de sentir necessidade de recorrer à força, ao conflito armado. Ou seja, «(...) o espírito comercial que não pode subsistir justamente com a guerra e que mais cedo ou mais tarde se apodera de cada povo. (Kant, 2008: 53-54), faz com que o «(...) quando o cidadão é requerido a decidir se deve ou não haver guerra (...) eles reflectirão muito para iniciar um jogo tão grave (...)» (Kant, 2008: 26-27); e «Tem de haver então uma liga do tipo especial, que se pode denominar de liga da paz, que deveria ser distinta do tratado de paz que simplesmente procura por fim a uma guerra; aquela, porém, a toda as guerras para sempre.» (Kant, 2008: 34). Com base em Kant, evoluiu depois a ideia da criação de organizações supranacionais, de blocos regionais ou mesmo de federações de Estados.

A teoria de Kant também tem sido recuperada, por exemplo, na defesa da teoria da “paz democrática”, uma perspectiva idealista de que a História comprova a inexistência de guerras no séc. XX entre Estados democráticos, porque eles próprios são pacíficos²⁸. Óptica reforçada pela noção da “comunidade pluralista de segurança” num determinado território onde os «(...) seus habitantes atinjam um sentimento de comunidade, posse de instituições e práticas fortes e disseminadas suficientemente para assegurar expectativas de mudanças pacíficas no seio de sua população.» (Villa e Tostes, 2006: 72). Mas sobretudo revigorada pelo facto de organizações supranacionais como a ONU e a UE terem conseguido ultrapassar a fasquia do séc. XX e entrar no séc. XXI.

Posto isto, o quadro de referência deste TIF é o seguinte. A geopolítica é analisada à luz de dois paradigmas diferentes: o realismo político e o idealismo político. Admite-se que a geopolítica relaciona o poder político com o espaço, e que a sua abordagem possa ser entendida de forma ampla. Ou seja, não é circunscrita à opinião defendida por Pezarat Correia (2013) de que «É uma ferramenta de apoio às decisões políticas. A geopolítica é o estudo dos factores geográficos em função da decisão política. Não há bem uma “situação geopolítica, porque a geopolítica é instrumental”.»²⁹ Pelo contrário, pode haver uma “situação geopolítica” analisável, e para a qual contribui uma avaliação de perspectiva económica e estratégica de influência geográfica, se as decisões forem dependentes do poder político.

O poder dos Estados resulta da combinação de elementos tangíveis de longo prazo (que mudam devagar) tais como o PIB, a população, o território e a geografia, os recursos naturais; e outros menos tangíveis, tais como a cultura, o patriotismo, a educação da população (incluindo os conhecimentos em Investigação e Desenvolvimento – I&D), a credibilidade de cumprir os seus compromissos e o poder das ideias (capacidade de projectar poder cultural e moldar o pensamento dominante dos outros Estados). Estes elementos contribuem para que “o poder dos recursos molde o poder potencial” (Goldstein e Pevehouse, 2006: 59) de um Estado. No próximo capítulo, pretende-se uma análise perspectiva da geopolítica especificamente portuguesa.

²⁸ «(...) defensores da perspectiva idealista de inspiração kantiana advogam que a história tem demonstrado de maneira convincente a inexistência de guerras entre democracias no séc. XX. Uma nova literatura sobre a paz democrática também apresenta duas vertentes: a primeira defende que os Estados democráticos são pacíficos tanto com Estados democráticos quanto com Estados não democráticos e, de acordo com a segunda vertente, só pode haver paz perpétua entre Estados democráticos.» (Villa e Tostes, 2006: 71)

²⁹ Pedro Pezarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013.

Geopolítica Portuguesa em Perspectiva

*«A que novos desastres determinas/ De levar estes reinos e esta gente? (...)
Deixas criar às portas o inimigo/ Por ires buscar outro de tão longe./
Por quem se despovoe o reino antigo/ Se enfraqueça e se vá deitando a longe./
Buscas o incerto e incógnito perigo/ Por que a Fama te exalte e te lisonje (...)
(Camões)³⁰*

O episódio do Velho do Restelo no livro *Os Lusíadas* de Camões, foi considerado uma «(...) *contradição* dificilmente explicável, num poema destinado a glorificar aquilo que, no conjunto da História de Portugal, constituía a maior glória: justamente a viagem de Vasco da Gama (...)» (Pinto Pais, 2009: 327), confundindo os que, estranhando o facto de Camões considerar a personagem digna de autoridade e de respeito³¹, admitirem que «Politicamente, o Velho está do lado de quantos se opunham à nossa expansão para Oriente e propunham que essa expansão se fizesse em África.» (Pinto Pais, 2009: 327). Mas é possível que o “Velho” fosse a personificação do próprio autor da epopeia (Saraiva, 1980: 128), na época já um ancião que, ao regressar a casa depois de décadas a viver além-mar e de «(...) ter sido militar no Norte de África; o facto de ter podido conhecer, não só a rota seguida por Vasco da Gama, mas todo o império português no Oriente, a importância da sua “longa experiência” humana.» (Pinto Pais, 2009: 25), talvez achar que lhe competia alertar os seus conterrâneos para as desvantagens e riscos de uma política externa que considerava errática (que trocava o certo pelo incerto) porque mais ávida de glória (“Fama”) do que baseada no bom senso de acautelar o “reino antigo” (Portugal europeu) dos inimigos (não só aqueles que já deveria ter neutralizado mas outros também, pois “deixas criar às portas o inimigo, por ires buscar outro de tão longe”), e por permitir a vulnerabilidade do território (ao “despovoar o reino”, por causa dos elevados fluxos migratórios e do padecimento do povo português que foi e ficou, perguntando “a que novos desastres determinas/ de levar estes reinos e esta gente?). Este episódio foi entendido como a oposição entre passado e presente, entre a valentia ousada dos jovens empreendedores e a força de bloqueio dos pessimistas (idosos e interesses instalados adversos às mudanças). O poeta, todavia, ciente dos perigos da política externa seguida pelos seus governantes, talvez tentasse

³⁰ “Os Lusíadas”, *Canto IV, 97 e 101* (Pinto Pais, 2009: 318-320).

³¹ «Aparentemente, porque não condena as palavras do Velho, porque insiste por diversas vezes em que se trata de um velho digno de respeito e dotado de autoridade, Camões identificar-se-ia com as suas palavras, condenando, assim, de certo modo, a viagem de Vasco da Gama» (*Id. Ibid.*: 327)

despertar consciências por temer pela soberania de Portugal. Cientificamente, não é possível questionar a opinião de autor já falecido, mas por ironia do destino Camões morreu com a perda da independência, por volta de 1580 (Pinto Pais, 2009: 25).

As palavras de Camões vêm a propósito da encruzilhada vivida por Portugal nos primeiros anos do séc. XXI. Em especial se admitirmos a hipótese da situação actual ser mais uma crise, mais um episódio que reforça a teoria antiga da decadência nacional, sobre uma pátria que, na falta de um salvador messiânico, se destina a um triste fado, cantado regularmente pela nação portuguesa desde o fim da dinastia de Avis em 1580³².

A percepção sobre estas matérias pode ser subjectiva³³. Compete aos povos (neste caso, os portugueses) e aos seus representantes políticos velar pela segurança nacional, pela integridade territorial, pela soberania e independência nacionais, por realidades de carácter permanente³⁴ sobre os quais deve haver um entendimento nacional, de preferência com base numa visão de longo prazo que não seja mutável com a alternância dos partidos políticos nos governos em Democracia. Mas o típico pessimismo intelectual português³⁵ surge regularmente depois de períodos de (excesso de) optimismo racionalista, com culpabilização geral dos comportamentos sociais pelo

³² «Um dos piores problemas das crises em Portugal é que elas despertam uma tese sempre latente, a da decadência nacional. Qualquer que tenha sido a sua origem, a teoria tornou-se dominante durante o período das falências sucessivas de Oitocentos (...) Segundo a teoria da decadência nacional, Portugal foi grande na dinastia de Avis mas depois caiu irremediavelmente. Na falta de um “Desejado”, salvador que chegará numa manhã de nevoeiro, o país não tem solução devido à fatal e inelutável decadência (...) a versão canónica e oficial deve ser atribuída a Antero de Quental (1842-1891), no discurso que proferiu, numa sala do Casino Lisbonense, em Lisboa, no dia 27 de Maio de 1871 (...)» (César Das Neves, 2011: 159)

³³ «(...) interessa-se também pelas representações mentais, pelas concepções que os habitantes de um determinado território têm em matéria de espaço nacional: o sentimento de segurança ou de insegurança no interior das suas fronteiras, a concepção do outro ou de diferentes ideologias em vigor no estrangeiro.» (Baud *et al.* 1999: 151)

³⁴ «A segurança nacional, que deve comportar, entre outros factores, preocupações com a soberania, integridade territorial, coesão, independência e sobrevivência nacional, impõe a todos os portugueses, e mormente aos que mais têm de intervir na governação e na formação da opinião pública, e também aos militares, uma consciencialização adequada acerca do que o nosso país é realmente nos contextos ibérico, europeu e mundial, e que antagonismos o ameaçam. A segurança nacional exige ainda aos portugueses a adopção de uma atitude de permanente reserva crítica quanto a preconceitos, ideias feitas e propostas simplistas intelectualmente aliciantes, as quais devem ser sempre analisadas contra o pano de fundo de algumas realidades fundamentais, principalmente das que estão menos sujeitas à erosão dos tempos, como sejam as de natureza geoestratégica.» (Carvalho, 1981: 107)

³⁵ «Por cá [Portugal] apenas gerou uma nostalgia apática, por vezes furiosa, mas em geral mansa, paralela à da canção nacional, o fado. Os intelectuais portugueses aprenderam-na obedientemente e fizeram da tese um postulado essencial das suas reflexões. Encontramo-la até entre os melhores economistas portugueses.» (César Das Neves, 2011: 163)

fracasso das políticas de “modernização” (por exemplo, económica)³⁶, acompanha os apelos ao reconhecimento dos reais problemas.

Mas como as dificuldades subsistem, poder-se-á dar o caso dos apelos não serem escutados; talvez por serem considerados conservadores (típicos de “Velhos do Restelo”); ou contrários à “dinâmica do rebanho” [em que todos têm de pensar de determinada maneira, sendo fortemente criticadas ideias contrárias às dominantes – o que de certa forma lembra a teoria do povo burocratizado e fechado sobre si mesmo de que falava Arendt (1965)]; ou por falta de sentido de Estado que não vela pelo interesse nacional, preferindo o interesse pessoal ou partidário; ou porque os intelectuais/elite dirigentes não estão à altura dos desafios, coarctando assim o próprio progresso natural do país³⁷. «O mais irónico é que os nossos intelectuais costumam desprezar o povo e a cultura nacional, quando o único grande defeito do país está precisamente na mediocridade das elites.» (César das Neves, 2011: 163).

Admite-se, pois, que antes de mais haja uma crise de identidade e de liderança. Freire Nogueira (2013) advoga que seja recorrente em Portugal o questionamento quanto à necessidade de sobrevivência da nação enquanto Estado independente.³⁸ Até pela já enunciada teoria da decadência nacional, compreende-se que a crise no país tem história (é recorrente) e é sobretudo estrutural na concepção e nos valores, o que ultrapassa em muito a questão dos números, mas assenta sobretudo nos valores e nas pessoas. No

³⁶ «A regularidade histórica do reconhecimento que a economia portuguesa é uma economia que funciona mal é idêntica à regularidade histórica com que se passa do optimismo racionalizador para o realismo fatalista de depositar nos comportamentos sociais a responsabilidade pelo fracasso desses programas anunciados pelos responsáveis políticos mas não concretizados na evolução da sociedade.» (Lopes, 2009: 109)

³⁷ «Líder incontestado no Renascimento, lançando e conduzindo a gesta da globalização marítima, o pequeno Portugal deu-se mal na época civilizacional seguinte. Não foi por os ideais iluministas terem chegado tarde ou demorado a estabelecer-se (...) Aliás, o país antecipou várias ideias que a Europa viria a aplicar, como a abolição da pena de morte ou a criação do banco central. O mal sempre foi a qualidade dos nossos modernistas. A podridão do Liberalismo e a canalhice da República mostraram bem o fiasco da variante lusitana de progresso. O mais irónico é que os nossos intelectuais costumam desprezar o povo e a cultura» (César Das Neves, 2011: 160)

³⁸ «De vez em quando, Portugal questiona-se se deve existir ou não. Não conheço mais nenhum país que o faça. Esta questão é importante, porque tem a ver com a nossa capacidade de resistência às situações que vão aparecendo. Portugal não teve grandes dúvidas enquanto lutou pela sua independência. A dúvida apareceu depois do império. A dúvida não aparece nos cronistas anteriores. Mas essa indecisão começa a aparecer no período filipino, em que é necessário inventar uma série de mitos históricos que justifiquem a existência de Portugal. Depois encontra uma série de interrogações permanentes que vão até à Geração de 70, à época de Eça de Queiroz. Depois houve um declínio moral no fim da Monarquia, ou mesmo no fim da I República. Surge a eterna pergunta, se devemos ser absorvidos por Espanha. É quase uma luta permanente pela existência. Para as gerações do princípio do séc. XX, Portugal não fazia sentido se fosse apenas europeu, se não tivesse império e colónias.» [José Freire Nogueira, Entrevista para o TIF N.º 4, 27/02/2013]

âmbito geopolítico, as potenciais ameaças à segurança nacional e à soberania nacionais no séc. XXI estão talvez mais perto (como já advertia Camões). E Portugal vive actualmente dificuldades específicas por estar inserido na UE e na Zona Euro (por exemplo, ser obrigado a cumprir os critérios de convergência de Maastricht).

O contexto português é de emergência económica ou financeira.³⁹ Para Daniel Bessa, a crise actual «(...) é mais grave que as de 1977-1978 e de 1983-1984 por duas razões: pela extensão dos passivos acumulados e pelo facto de, pela primeira vez na nossa História, estarmos impedidos de utilizar o instrumento cambial.» (Bessa, 2011: 67).

A actual crise económico-financeira portuguesa terá sido abalada pelo maremoto internacional de 2008, mas já vinha de trás, desde a adesão de Portugal ao Tratado de Maastricht em 1992, com a necessidade de cumprimento apressado dos critérios de convergência para trilhar o seu caminho para o Euro (César Das Neves, 2011: 196); crescendo na medida do facilitismo e do despesismo, que empolou a dívida, e por sucessivos erros cometidos após o «(...) colapso financeiro global, a que se seguiu a crise da dívida soberana europeia, que agora ameaça, não só o país, mas também o euro e a UE.» (César Das Neves, 2011: 129) Mas mesmo admitindo que desequilíbrios externos possam ter tido o seu impacto em Portugal, no entender de Ferreira do Amaral (2013), a origem dos problemas macroeconómicos portugueses é interna⁴⁰. A mesma opinião é partilhada por Vítor Bento (2013)⁴¹.

Seja como for, «Desde os finais do século passado [XX] que se fala de uma crise portuguesa. Foi ela a razão da queda do Governo em 2002, da recessão em 2003-2004, da austeridade repetidamente anunciada.» (César das Neves: 129). No fundo, «A economia portuguesa funciona mal há séculos por razões que são semelhantes há

³⁹ «Portugal está em crise grave.» (César Das Neves, 2011: 9). «As crises económicas são fenómenos normais. Sempre as houve e sempre as haverá. As crises violentas foram recorrentes ao longo dos séculos. (...) temos de admitir que fazem parte da natureza humana.» (*Id. Ibid.*: 13).

⁴⁰ «O principal problema é sempre interno. Neste momento, Portugal não tem uma estrutura económica viável. Não podemos imaginar nenhum cenário internacional em que a nossa estrutura económica ficasse, por milagre, com viabilidade. É necessário muito investimento para contornar o problema e, hoje em dia, é muito difícil obter financiamento para ele por causa da dívida externa portuguesa. Não conseguiremos dar a volta a isto sem ajuda externa e um ambiente internacional mais favorável, mas isso é outra coisa. O problema português é essencialmente interno. A crise internacional teve o seu papel mas não é a origem dos problemas nacionais.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

⁴¹ «Houve condições externas, iguais para todos, mas que afectaram diferentemente os Estados-membros da Zona Euro. Portanto, a causa principal da dimensão da crise que vivemos – isto é o factor verdadeiramente diferenciador – é interna e não externa.» [Vítor Bento, Entrevista para o TIF N.º 2, 25/02/2013]

séculos.» (Lopes, 2009: 109), o que pode resultar de uma desigual distribuição da riqueza, falta de “qualidade da direcção política” e menos ajustada “configuração social” (Lopes, 2009: 110). Ou até rivalidade interna entre grupos de influência (*lobbys*) pelo acesso aos recursos do Estado⁴²; isto porque o Estado ocupa «(...) historicamente a posição predominante no sistema de agentes de modernização.» (Lopes, 2009: 114). Por outro lado, há carência de visão estratégica de conjunto, questão primeiramente política, mas que terá de ser seguida em comunidade, pela população a que se destina, para que Portugal resista e continue a ser “um sobrevivente feliz da História” (Lopes, 2009: 119).

Curiosamente, a pressão externa ao longo dos séculos, exercida por via diplomática, tem funcionado como «(...) uma regulação que se exerce do exterior para o interior e que é eficaz justamente porque é elevada a sensibilidade aos constrangimentos externos.» (Lopes, 2009: 120). Até tem balizado os excessos cometidos internamente de um povo que não se governa⁴³, nem se deixa governar⁴⁴. Uma razão acrescida para que a geopolítica portuguesa, o seu padrão de valores de política externa e diplomáticos, o seu paradigma das relações internacionais e o seu sistema de alianças, seja compatível com os interesses estratégicos permanentes de Portugal no palco estratégico internacional.

Afinal, este sistema de equilíbrio de poderes interno, balizado pela balança de poderes externa, tem funcionado durante nove séculos. Pelo menos até agora, mas não é garantido que continue a sê-lo. O presente ambiente geopolítico não é favorável, também pela pressão da globalização e da “configuração de interdependências” cujo padrão de polaridade está a mudar desfavoravelmente o país, tornando-se numa ameaça.

A situação é tal, que Portugal do séc. XXI pode estar a transformar-se num Estado Exíguo «(...) acentuadamente em risco de não poder responder às finalidades da soberania funcional e cooperativa da época (...)» (Moreira, 2011: 68). Mais do que um estado periférico, no caso específico da UE, «(...) a permanência dos factores exógenos,

⁴² «(...) o facto de o Estado ser, em Portugal, o mais importante centro patrimonial transformou-o num objecto central de todas as lutas entre grupos de influência para obterem um acesso privilegiado à distribuição desses recursos (em termos financeiros e em termos de autorizações administrativas), mas também a plataforma de segurança para aqueles grupos sociais que conseguirem apropriar e capturar as políticas económicas, sociais e de organização de serviços que pertencem às competências correntes dos que decidem sobre os poderes do Estado.» (Lopes, 2009: 115-116)

⁴³ «(...) em Portugal o desenvolvimento de conflitualidade política em função de objectivos internos, e concretizada na disputa sobre a distribuição dos recursos internos, tem implícita a propensão para a formação de desequilíbrios que não encontram centro de autoridade interna com poder e credibilidade suficiente para os corrigir.» (*Id. Ibid.*: 120)

⁴⁴ «Há, na parte mais ocidental da Ibéria, um povo muito estranho: não se governa nem se deixa governar.» (reportando-se aos Lusitanos da Hispânia Ulterior, antepassados dos portugueses. Júlio César, político romano *apud* César das Neves, 2011: 157)

a força avassaladora do globalismo, a solidariedade sistémica com a UE, definiu a situação estratégica de Portugal como a de um Estado de fronteira.» (Moreira, 2011: 68) Em especial, desde que entrou para o bloco regional europeu, “«(...) depois do fim da guerra colonial (1974) e pelo envolvimento irrecusável da globalização e fim inerente do conceito estratégico nacional secular, na adesão á Europa, uma adesão sem outra escolha.» (Moreira, 2011: 65), com o propósito de criar um sistema de alianças estratégicas permanentes de “apoio externo”, o que implicou colocar-se «(...) numa posição intermédia na hierarquia consagrada no Tratado de Lisboa (2008) e, inevitavelmente, a também defrontar três carências da UE: de mão-de-obra, de energias e de matérias-primas.» (Moreira, 2011: 66); disponibilizou-se a enfrentar a instabilidade do «(...) processo de mudança do conceito estratégico da UE, hoje, a caminho de um forma imprevisível de novo poder político.» (Moreira, 2011: 65). Portanto, «É nesta situação de debilidade dos meios do Estado e do bem-estar das populações (Estado exíguo) que os desafios geopolíticos, quer da segurança, quer da interculturalidade, renovam o perfil e a intensidade.» (Moreira, 2011: 66).

Com base na teoria explicada no primeiro capítulo, admite-se que, após a adesão ao bloco regional europeu (antiga Comunidade Económica Europeia – CEE – e actual UE), Portugal adoptou o paradigma idealista das relações internacionais, assentando a sua acção na preferência pelo estabelecimento de alianças permanentes de cooperação internacional; confiando também no espírito de igualdade/fraternidade e na existência de solidariedade institucional que, em princípio, se espera obter dos outros Estados-membros num bloco regional como a UE.

Mas então, porque é que a Zona Euro permitiu que Portugal, um dos seus Estados-membros, fosse alvo de um ataque tão cerrado dos mercados internacionais, e não adoptou políticas de conjunto, preferindo políticas específicas e conjunturais para resolver os problemas dos países mais vulneráveis? Na opinião de Ferreira do Amaral (2013), as soluções que têm sido definidas no seio da UE têm sido uma resposta a problemas concretos⁴⁵. Espelham incapacidade de fazer face aos interesses particulares

⁴⁵ «A situação portuguesa era, à partida, merecedora de uma baixa de *ratings* nos mercados internacionais, não tenho dúvida nenhuma. Tenho de reconhecer que se eu fosse investidor externo e olhasse para a economia portuguesa, mesmo antes da crise, levando em consideração o alto nível de endividamento e a baixa tendência de crescimento, eu não teria dúvida nenhuma que Portugal seria um país arriscado.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

das agências internacionais de *rating* e falta de solidariedade comunitária, com intenção de castigar os Estados-membros do Sul da Zona Euro⁴⁶.

Resta recordar que as agências de *rating* têm na sua maioria sede nos EUA (Fitch Ratings, Moody's, Standard & Poor's), país que não quer perder a supremacia⁴⁷ e que prossegue como paradigma dominante a *realpolitik* (questão debatida no capítulo anterior). Ao velar pelas suas conveniências privadas⁴⁸, as agências indirectamente beneficiam os EUA no xadrez mundial, pois o país ganha com a preponderância do dólar nos mercados internacionais, sem grande concorrência da moeda europeia. Aliás, uma Zona Euro forte seria talvez contrária à hegemonia dos EUA⁴⁹. Mas defendem as suas conveniências desta forma mais discreta (garantindo liberdade às agências de *rating*). «Esta é a razão pela qual os realistas clássicos tendem a ser cautelosos, mais humildes e, de facto, mais favoráveis a alianças e multilaterais do que uma leitura grosseira da sua filosofia poderia sugerir.» (Mazarr, 2003: 505) Este é talvez o motivo para uma retórica justificativa da potência EUA⁵⁰, que não deixa de afirmar os seus interesses no xadrez mundial, mas sente necessidade de abonar a sua acção com boas intenções; de vela pelo seu espírito de “missão” com base em ideais, que são muito seus, não necessariamente dos outros povos.⁵¹ Já Maquiavel alertava para a necessidade dos líderes políticos serem prudentes⁵².

⁴⁶ «Não se apoiou logo a Grécia e deixou-se apodrecer a situação de tal forma que o problema ainda não está extinto. A Portugal aconteceu o mesmo. A Irlanda é um caso diferente. Isso significa que houve intenção de castigar os países da Europa do sul. Penso é que foi uma decisão de aprendiz de feiticeiro, pois os efeitos ultrapassaram em muito os pretendidos. Entrou-se numa situação muito complicada para a Europa toda, não apenas para os países do sul.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

⁴⁷ «Procurar manter a vantagem dos EUA como o jogador principal no sistema internacional impõe custos no orçamento dos EUA e do contribuinte. É certamente justo perguntar o que é que os EUA ganham com o esforço para continuar a ser o número um. (...) A primazia tanto permite ao Estado avançar com os seus próprios objectivos políticos, como dá-lhe uma maior liberdade de acção na busca desses objectivos.» (Edelman, 2010: x)

⁴⁸ «A meu ver, as quedas de *rating* podem eventualmente corresponder a interesses imediatos das agências de *rating*, não sei se correspondem ou não, mas tem razão de ser.» [*Id. Ibid.*]

⁴⁹ «Nesta perspectiva eurocêntrica, uma Europa unida acabaria por ultrapassar os EUA no PIB e, potencialmente, no domínio da segurança, para gerar capacidades de defesa comparáveis às dos EUA. Esta narrativa da ascensão da Europa acabaria por levar os europeus a rejeitar a hegemonia dos EUA no âmbito económico e tutela no âmbito da segurança e levá-los a projectar um maior poder de si mesmos, embora este tenha sido caracterizado como civil, ao invés de poder militar. No sentido mais amplo, a Europa emergiria como um líder global nos assuntos mundiais, ao oferecer um modelo alternativo ao dos EUA.» (Edelman, 2010: 35)

⁵⁰ A retórica justificativa, talvez primeira na tentativa de convencer os seus cidadãos (que votam internamente) e depois outros actores do xadrez mundial (na tentativa de criar aliados).

⁵¹ «(...) a resposta do governo vindo em forma de uma doutrina de política externa de grande agressividade, que inclusive previa a guerra preventiva, era fundamental para reforçar a missão de levar a democracia e a liberdade aos outros povos, mesmo que pelo uso da força. Invadir o Iraque, como medida preventiva (...) tinha que parecer aos olhos do povo americano como a coisa certa a fazer, e

Mas então, se Portugal prosseguir sobretudo o idealista político, tal não poderá traduzir-se numa perda de poder relativo na cena internacional? Teria sido preferível o estabelecimento de *lobbys* conjunturais com base no interesse nacional, mais ao jeito do realismo político? Se em 2008, ao invés dos PIGS (*porcos* – Portugal, Irlanda ou Itália, Grécia e Espanha) terem assumido individualmente a ofensa e esperado pela solidariedade comunitária (na lógica de um por todos, todos por um), se tivessem reunido e admitido que a situação poderia tender para a anarquia (como é típico do realismo político) e não para a concórdia em situação de crise (como é típico do idealismo político), e tivessem exigido que Bruxelas agisse de forma mais concertada a favor do grupo, e assumindo uma posição de força internacional do ponto de vista geoeconómico, provavelmente não teriam sido tanto alvo de especulação; e alguns deles talvez nem tivessem sido intervencionados pela *Troika*.

Por um lado, Portugal manifestou talvez certa credulidade ao achar que tudo continuaria a correr bem se “fosse bom aluno”⁵³, procurando ser obediente, quando não havia condições factuais para que tal acontecesse. A intervenção da *Troika* em Portugal permitiu a entrada de pacotes de ajuda financeira, mas tal foi feito em contrapartida de fortes políticas de austeridade. Embora se tenha estabelecido entretanto uma dicotomia entre países beneficiários e dadores de ajuda⁵⁴, o que suporia algum tipo de “solidariedade”, mas também é verdade que os credores ganham assim muito dinheiro (e influência) com os juros (altos) pagos durante décadas pelos devedores.

mais, que só eles podiam fazer. Não se tratava aqui apenas da segurança dos Estados Unidos, a retórica da missão americana reforçava a importância daquela guerra para a humanidade, era quase uma “guerra santa”.» (SANTOS, 2010: 169).

⁵² Os «Realistas sabem que o mundo está cheio de ruínas turísticas de impérios derrubados pela sua própria arrogância e unilateralismo excessivo.» (Mazarr, 2003: 505)

⁵³ «A tática da individualização própria para impedir a contaminação pelos vizinhos – na geografia, nos problemas – em maus lençóis, no período que se pode apelidar da negação solitária, foi um rotundo fracasso. Não só no caso português, diga-se em abono da verdade: todos os países que trilharam esse caminho para apaziguar os mercados e as agências de *rating*, falharam e falharão, pois verificou-se que essas entidades obscuras conhecem os números e não se distinguem pela caridade das suas acções. Creio que deverá haver um tempo de acção externa concertada com outros, naturalmente a seleccionar pela comunhão nas causas. Não será difícil encontrar aliados e sabe-se de antemão os que naturalmente estarão do outro lado da barricada. Medo de desagradar não pode fazer parte do léxico, por muito frágeis que intimamente nos sintamos. Na discussão de um tratado europeu não há bons nem maus alunos, há interesses nacionais.» (Menezes Ferreira, 2011: 128)

⁵⁴ «Em relação aos países beneficiários e países credores, depois de várias ajudas dispersas que não surtiram efeito suficiente, foram em sequência objecto de resgate financeiro mediante um pacote específico de compromissos a Grécia (que vai no segundo pacote), a Irlanda e Portugal. Outros poderão seguir-se, designadamente a Itália e a Espanha. Os dadores são sobretudo os restantes estados da zona euro (indirectamente também os restantes estados da UE, fora da zona euro, se e quando for mobilizado o orçamento da UE).» (*Id. Ibid.*: 115)

Por outro lado, é possível que a Alemanha continue a prosseguir mais os seus ideais e o seu interesse nacional, do que a ser fiel ao idealismo político – um exemplo disso, foi a gestão do dossier *eurobonds*, ao manifestar uma dupla face no seio da manifestação de vontades da elite comunitária⁵⁵. Aliás, a liderança alemã de Merkel, tem apresentado propostas que deveriam despertar a atenção criteriosa de Portugal, para que o país não se sinta pressionado, por circunstâncias conjunturais adversas, a assinar ou admitir ingerências excessivas na sua soberania, que não são iguais para todos os membros⁵⁶.

Posto isto, os adeptos da *realpolitik* recordariam que «A política é, em certo sentido, sempre a política do poder.» (Carr, 2001: 135) e não necessariamente da cooperação altruísta ou da partilha do poder em relações internacionais. «A cooperação é dificultada pela natureza do sistema internacional, além do receio de que a cooperação acordada não será respeitada (...)» (Herz e Hoffman, 2004: 49) e que a incerteza «(...) gera uma luta constante pela sobrevivência e pela independência.» (Herz e Hoffman, 2004: 49). Evoca-se novamente Juvenal: «(...) quem vigia os vigilantes? (...)» (Madan, 1839: 195)

Sendo assim, Portugal estaria vulnerável por gerir um baixo poder relativo na UE; em especial depois de ter estado tutela externa com a entrada no país da *Troika* em 2011. No entender de Pezarat Correia (2013) «A realidade é que Portugal, neste momento, não tem capacidade de decisão autónoma. A Troika está cá a governar Portugal.»⁵⁷. «E o nosso governo assume publicamente que estamos sob tutela, pois parte da nossa soberania está entregue em mãos estrangeiras.»⁵⁸ Sob esta perspectiva: «A situação política que depende dos factores geográficos tem que ser equacionada em vários planos. Primeiro, temos Portugal enquanto entidade própria. Mas tal avaliação não faz

⁵⁵ «A Alemanha está contra, temendo que a introdução dos *eurobonds* anule a função disciplinar dos mercados e das taxas de juro diferenciadas, vai insistindo na doutrina «protestante» da necessidade de os países prevaricadores passarem pelo castigo antes da redenção, mas sabe-se que já os está a estudar, a desenhar. Jean Claude Juncker é a favor da instituição dos *eurobonds* e diz que eles são apresentados de uma forma caricatural na Alemanha. Juncker e Tremonti, respectivamente, presidente do eurogrupo e ministro da economia italiano, apresentaram em Dezembro de 2010 o plano de criação de uma agência europeia da Dívida que emitiria *eurobonds* (...) o Parlamento Europeu e o FMI são a favor da criação dos *eurobonds*.» (Menezes Ferreira, 2011: 119)

⁵⁶ «É que, quer em declarações públicas recentes da chanceler Ângela Merkel, quer no *roadmap* que a comissão europeia apresentou a 12 de Outubro de 2011, é sugerida a modificação do tratado de Lisboa (artigo 136) sob forma de intervenção musculada da comissão e do conselho nos “projectos de orçamento dos países com planos de salvação”. Espera-se que tenha havido um qualquer lapso de transmissão pois não me passa pela cabeça que um futuro poder constituinte permita a criação de um regime pré-federal como uma espécie de castigo unicamente aplicável a países em regime de “assistência”, o que seria ridículo, discriminatório, e deveria ter merecido uma reacção negativa imediata por parte de países como Portugal.» (*Id. Ibid.*: 122-123)

⁵⁷ Pedro Pezarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013.

⁵⁸ *Id. Ibid.*

grande sentido hoje em dia, porque Portugal está inserido na UE.»⁵⁹ Mas o autor vai mais longe na sua análise, ao rematar que: «Ao nível da globalização, a situação até é mais ingrata para Portugal, pois isoladamente o país não tem importância nenhuma.»⁶⁰

Mas se a situação política portuguesa depende dos seus factores geográficos, é melhor tentar identificá-los. Antes de mais, um pouco de teoria. Os factores geopolíticos/geoestratégicos poderão ser divididos em categorias: 1) factor físico ou território, no qual se inclui a localização (posição relativa), a configuração (forma e fronteiras), extensão (dimensões e superfície), morfologia (relevo e hidrografia), solo (natureza geológica), clima e vegetação, mar e vias navegáveis, meio aeroespacial e mudanças decorrentes da intervenção do ser humano no espaço em consideração; 2) factor circulação, sobre comunicações de transporte (marítimo, rodoviário, ferroviário, aéreo, aquático interior e por conduta) e de relação (entre os quais telefone, internet, fax, imprensa escrita e televisão); 3) factor humano, que abarca a demografia e a etnografia; 4) factor recursos naturais, que abarca os recursos energéticos, minerais e alimentares; 5) factor estruturas, entre as quais económicas, políticas, sociais e militares; e 5) factor científico-tecnológico, cujos meios e equipamentos permitem dar resposta às necessidades da sociedade e actores nela intervenientes. (IAEM, 1993: 18)

Quando questionado sobre os principais factores geopolíticos/geoestratégicos lusos, Loureiro dos Santos (2013) identificou a natureza dos nossos recursos humanos e o grau já atingido em termos de I&D. Reconheceu igualmente como principais potencialidades a identidade e coesão nacionais, o regime democrático consolidado e «(...) a posição central no espaço atlântico, a valiosa plataforma continental, relevante espaço linguístico de que dispomos, e a nossa presença histórica em vários continentes.»⁶¹

Para Pezarat Correia (2013), os principais factores geopolíticos/geoestratégicos que poderão ajudar Portugal na sua situação actual são: a sua localização geográfica, a demografia e uma exploração dos recursos disponíveis menos deficitária⁶².

Se os factores geopolíticos/geoestratégicos portugueses explorados de forma eficiente e eficaz num contexto de oportunidades crescentes elevaram o país ao estatuto de império

⁵⁹ Pedro Pezarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ José Loureiro dos Santos, Entrevista para o TIF N.º 5, 13/03/2013.

⁶² Pedro Pezarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013.

global no séc. XV, então, como pode o problema actual ser o de falta de recursos? Ou será má gestão de recursos (ineficiência)? Ou é uma questão de mentalidade, que impede a mais eficiente identificação/exploração dos recursos disponíveis?

No que concerne aos recursos humanos, talvez seja importante referir que actualmente os lusos são considerados pouco produtivos no seu país de origem (incluindo gestores de empresas, trabalhadores e elites dirigentes – como se argumentou em parágrafos anteriores, o problema começa no topo), pelo que a solução é “fazer mais com os portugueses”⁶³. Mas também não adianta ter conhecimentos (*know how*) e capacidade de trabalho se não houver capital⁶⁴ para contrariar a fuga de cérebros, para possuir factores de diferenciação favoráveis e investir em tecnologia e I&D. Ou se o capital disponível é canalizado para sectores não produtivos⁶⁵ ou nichos de ineficiência⁶⁶.

Para o general Loureiro dos Santos (2013), «O problema português tem sido, historicamente, a má gestão dos recursos.»⁶⁷ Também o economista Ernãni Lopes (2009), considera que o problema português não é de falta de recursos, porque o país sempre teve acesso privilegiado a recursos disponíveis, inclusive capital, proveniente do exterior⁶⁸, mas não soube utilizá-los de forma eficiente ao longo da História. Por seu

⁶³ «(...) as causas próximas do atraso português e da estagnação no século XXI. Os dados apontam para as deficiências na educação, com especial ênfase para a baixa qualidade das escolas, e para a falta de produtividade dos portugueses, notando em particular as fracas práticas de gestão. Os portugueses trabalham muito e investiram no passado o suficiente para ter os equipamentos necessários, mas falta-lhes competências para produzir mais riqueza com estes meios. (...) é preciso fazer mais com os portugueses.» (Reis, 2011: 192)

⁶⁴ «Quando temos 17% de desemprego, a caminhar para os 20%, registamos uma insuficiente utilização dos recursos disponíveis. O capital humano é um recurso e dos mais importantes. E actualmente não temos capacidade de colocar inteiramente esse recurso a produzir. Precisamos de atrair investimento, o que é complicado face a perspectivas pouco positivas.» [Vitor Bento, Entrevista para o TIF N.º 2, 25/02/2013]

⁶⁵ «Em termos de opções estratégicas, fizemos uma má utilização dos recursos no passado. Desde que aderimos ao projecto de construção europeia, em particular desde que entrámos para a Zona Euro, recebemos muito financiamento, mas canalizámo-lo para actividades pouco produtivas e que pouco aumentavam o nosso potencial de crescimento (obras públicas em geral não reprodutivas). Não utilizámos esse capital de forma a potenciar riqueza futura. O financiamento foi praticamente para consumo ou equivalente.» [Id. *Ibid.*]

⁶⁶ «Entre 1998 e 2007/08, Portugal registou das mais altas taxas de investimento (em relação ao PIB) da Zona Euro, e a segunda mais baixa taxa de eficiência marginal do capital. O que é equivalente a um enorme desperdício de recursos. Agora tem de pagar esses recursos, quando estes não foram aplicados de forma suficientemente rentável para se pagarem a si próprios.» [Id. *Ibid.*]

⁶⁷ «O problema português tem sido, historicamente, a má gestão dos recursos. Ciclicamente, os recursos que o país tem, produz ou obtém do exterior, são tomados por "devoristas", o que impede a sua aplicação no desenvolvimento do país.» [José Loureiro dos Santos, Entrevista para o TIF N.º 5, 13/03/2013].

⁶⁸ «Estas dificuldades não resultam de insuficiência de capitais disponíveis, já que, ao contrário do que se encontra noutras economias que também encontram obstáculos à sua modernização sustentada, Portugal beneficiou, ao longo da sua história e no presente, de acesso privilegiado a meios financeiros suficientes – com os resultados da expansão ultramarina, com a colonização do

lado, Pezarat Correia (2013) defende que «Actualmente, temos falta de recursos e fazemos uma má gestão dos mesmos.»⁶⁹; um erro repetido no passado e que resulta mais do condicionamento externo das potências mais fortes, pois Portugal sempre foi um “peão no xadrez internacional”⁷⁰. Alguns dos principais recursos que o país possui, ou dos quais carece, estão dependentes do exterior⁷¹. Ferreira do Amaral (2013) discorda da ideia de “mitificar” os recursos disponíveis, considerando-os “suficientes” e pouco potenciados⁷²; e que o contexto macroeconómico português actual é muito complicado por causa do elevado grau de endividamento do país.⁷³ Na perspectiva de Vítor Bento (2013), a situação é complexa e dolorosa por causa do ajustamento económico⁷⁴ estar a ser obtido em desequilíbrio e com poucos recursos, sem moeda própria e com financiamento externo limitado⁷⁵.

Joaquim Aguiar (2013) advoga que «Em Portugal existe um défice de regulação, que é mais importante do que a falta e a má gestão dos recursos ou a dificuldade em seleccionar as suas especializações.»⁷⁶ Segundo o autor, os dispositivos de regulação⁷⁷

Oriente, do Brasil e de África, até com as remessas da sua comunidade de emigrantes, e agora com os fundos comunitários.» (Lopes, 2009: 110)

⁶⁹ Pedro Pezarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013.

⁷⁰ *Id. Ibid.*

⁷¹ «A Portugal faltam-lhe recursos energéticos (petróleo). Tem alguma carência de água e os seus principais recursos hídricos nascem em Espanha, pelo que fica condicionado quando o país vizinho abre as barragens (porque tal causa inundações) ou vice-versa. O problema também se coloca ao nível das remessas de emigrantes. As nossas principais receitas estão muito dependentes do exterior (por exemplo, do turismo).» [*Id. Ibid.*]

⁷² «Portugal possui recursos importantes mas estes não podem ser mitificados. Há recursos não muito utilizados como o mar, as florestas. Todavia, comparativamente com outros países, nem somos especialmente bem dotados nem mal contemplados. Portugal desfruta de recursos suficientes para tirar mais partido deles do que tem tirado até agora. Não os tem dinamizado devidamente por causa de uma situação enviesada do ponto de vista macroeconómico, que conduziu a economia a especializar-se em sectores protegidos da concorrência externa (habitação, serviços, etc.). Tal retirou incentivos à exploração dos recursos naturais portugueses.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

⁷³ «É uma situação muito complicada. Portugal tem um nível de endividamento (mesmo para padrões internacionais) muito elevado, quer do Estado, quer da economia em relação ao exterior. Tem uma potencialidade de crescimento muito baixa, ou seja, a nossa estrutura produtiva não está em condições para fazer crescer a economia nos próximos tempos.» [*Id. Ibid.*]

⁷⁴ «É uma situação muito complexa. Portugal está a viver um grande processo de ajustamento económico, mas sem dispor de todos os instrumentos necessários para o resolver – por não dispor de moeda própria – o que torna todo o processo mais difícil e doloroso.» [Vítor Bento, Entrevista para o TIF N.º 2, 25/02/2013]

⁷⁵ «Portugal, durante uma dúzia de anos importou muito mais do que exportou. Registou défices externos, o que significa que a procura interna esteve permanentemente acima do seu ponto de sustentabilidade (aquilo que em, linguagem corrente, corresponde a viver acima das possibilidades). Consumia muito mais do que produzia, sendo a diferença sustentada por financiamento externo. Enquanto esse financiamento externo existiu, Portugal manteve o padrão de vida. Quando a torneira do crédito externo secou, esse modo de vida tornou-se insustentável, sendo obrigado a ajustar-se.» [*Id. Ibid.*]

⁷⁶ Joaquim Aguiar, Entrevista para o TIF N.º 7, 04/04/2013.

⁷⁷ «E é mais importante porque é pelos dispositivos de regulação que se estabelece a diferenciação entre o possível e o impossível, entre o valor contabilizado nos balanços e o valor que se pode obter nos mercados, entre a ilusão e a realidade. É porque os

permitem a diferenciação entre o possível e o impossível, mas estão “capturados e distorcidos” por quem os explora, distorcendo assim o valor potencial dos recursos.

Os factores territoriais e de circulação portugueses não estão a ser explorados e potencializados ao mais alto nível. Devia haver uma diversificação da carteira de investimentos, para não apostar apenas nas ligações terrestres à Europa, mas também nas ligações aéreas e marítimas. No entender de Loureiro dos Santos (2013), a situação portuguesa actual é a de *status quo* em relação ao triângulo estratégico português (continente e arquipélagos). «Por outro lado, em termos marítimos, prevê-se grande valorização da posição geoestratégica portuguesa, resultante do reforço da sua posição geoeconómica (...)»⁷⁸.

Deixou-se para o fim a questão específica do território nacional, o qual em Km² foi reduzido significativamente no séc. XX. Portugal perdeu entretanto um império com território ultramarino, antes de se integrar, em 1986, na então CEE. Hoje em dia, no seio da UE é talvez mais PPP (pequeno, pobre e periférico), no que resultaria num exemplo flagrante de perda de poder relativo. Todavia, Portugal possui centralidade atlântica como referiu atrás Loureiro dos Santos (2013); e é no Atlântico que Portugal possui a sua “navegabilidade e tonicidade próprias” (Varela, 2000: 83). O facto de Portugal ser actualmente um país pequeno, também não tem porque lhe limitar as ambições, pois «Graças à sua situação geográfica, Estados de pequena dimensão surgem na História como exemplos que têm deixado outros de maior dimensão, dotados de mais recursos, tomarem os seus lugares.» (Duroselle e Renouvin, 2001: 21), porque o mais importante é «A função que desempenha o Estado nas relações internacionais depende em grande medida do lugar que ele ocupa no mapa mundial.» (Duroselle e Renouvin, 2001: 21)

dispositivos de regulação são capturados e distorcidos pelos que estão interessados em explorar os canais de distribuição, que o valor potencial dos recursos nunca chega a ser obtido (...)» [Joaquim Aguiar, Entrevista para o TIF N.º 7, 04/04/2013]

⁷⁸ José Loureiro dos Santos, Entrevista para o TIF N.º 5, 13/03/2013.

Geopolítica Portuguesa em Prospectiva

Neste último capítulo, o projecto procura reflectir sobre a geopolítica portuguesa num futuro próximo, em especial num contexto de sistema de relações internacionais incerto ou em crise. Recorda-se que geopolítica é aqui analisada numa prospectiva ampla. Mesmo quando se concede a existência de uma geopolítica propriamente dita que estuda os factores geográficos em função da decisão política; ou uma geoeconomia que analisa os factores geográficos em função da decisão económica; ou uma geoestratégia que pondera sobre os factores geográficos em função da decisão militar/estratégica; desde que as referidas decisões sejam afirmações do poder político no espaço, também se consideram geopolítica. A análise que se propõe é simplificada. Neste contexto, foram escolhidos apenas dois cenários resumidos: 1) continuidade e definhamento; 2) transformação e afirmação.

Cenário 1: Continuidade e Definhamento

*«As terras sem defesa, esteve perto/ De destruir-se o Reino totalmente/
Que hum fraco Rei faz fraca a forte gente.» (Camões)⁷⁹*

Qual a referência básica deste cenário? O *status quo*, o medo colectivo de agir, e pensar que a situação interna é necessariamente determinada pelo exterior. «Muitas vezes, o medo do futuro coloca no primeiro plano das atitudes colectivas a prisão no passado, a esperança de que tudo venha a resolver-se sem ser necessário alterar o padrão estabelecido.» (Lopes, 2009: 209) De facto, o *status quo* e a indecisão coarctam regularmente as ambições nacionais. Depois, surgem opiniões como as de Joaquim Aguiar (2013), segundo as quais «Para um país aliado e dependente como é Portugal os seus ciclos são determinados pelos ciclos da área em que se insere. A prosperidade ou a decadência são determinados do exterior para o interior.»⁸⁰

Quais são as prioridades geopolíticas? O *status quo* não é sustentável, mormente se houver novas crises futuras, por isso, Portugal tem de decidir, por exemplo, a respeito da sua manutenção na Zona Euro; e, se permanecer como Estado-membro, se necessita renegociar condições, estabelecer alianças estratégicas que o protejam. A este propósito, a opinião talvez dominante dos técnicos especializados é favorável à permanência

⁷⁹ “Os Lusíadas”, Canto III, 138 (Pinto Pais, 2009: 263).

⁸⁰ Joaquim Aguiar, Entrevista para o TIF N.º 7, 04/04/2013.

enquanto Estado-membro, pois a saída teria impacto muito negativo⁸¹; e que a escolha continua a ser lusa⁸². Mas também já se ouvem vozes discordantes, tais como Bessa (2011), para quem a saída da Zona Euro teria “custos terríveis” mas poderia ser a única via para se obter um “suplemento de competitividade que lhe permitirá crescer de imediato”.⁸³ Para Ferreira do Amaral (2013) a saída individual de Portugal da Zona Euro seria exequível desde que realizada com auxílio comunitário⁸⁴; ou seja, o Conselho e a Comissão Europeia teriam de aquiescer ao processo em conjunto; o Banco Central Europeu não poderia impedir a renovação da dívida dos bancos nacionais; e haveria aumento dos prazos de pagamento da dívida externa⁸⁵.

Aos especialistas entrevistados, foi questionado se Portugal, entretanto incluído na sigla PIGS, tem sido alvo de *bullying* nos mercados internacionais desde 2008 por ser; por receber constantes cortes nos *ratings* da sua dívida soberana, por ter um problema de performance baixo; ou por a UE o ter deixado desprotegido perante o ataque dos

⁸¹ «A saída de Portugal do Euro, ainda por cima sozinho, teria um impacto terrível na vida dos portugueses. O que existe hoje não é nada comparando com o cenário de ausência de apoio da Troika, e sem pacotes de auxílio financeiro. Dentro da Zona Euro, pelo menos, Portugal conta com acesso a alguma ajuda, mesmo que seja penosa ou momentaneamente errada. Se Portugal sair da Zona Euro, não terá ajuda nenhuma e duvido que registre, de repente, um aumento imenso das suas exportações. Para ganhar competitividade internacional à custa de uma moeda desvalorizada (vender a preços mais baixos no mercado global), o padrão de vida dos portugueses baixaria significativamente em relação à situação actual (combustíveis muito mais caros, etc.) e aumentariam as greves, dificultando a produção e distribuição dos bens a exportar. As pessoas confrontar-se-iam com supermercados com prateleiras vazias, com preços para produtos importados a valores exorbitantes.» [João Duque, Entrevista para o TIF N.º 3, 25/02/2013]

⁸² «Não sendo de admitir que ninguém possa expulsar-nos, teremos, nós próprios, de decidir se aí pretendemos continuar, ou não.» (Bessa, 2011: 67)

⁸³ «A primeira decisão que Portugal terá de tomar respeita à manutenção dentro da Área do Euro. (...) A saída terá custos terríveis, dos quais uma perda de rendimento real (poder de compra) dos portugueses, todos, em, no mínimo, 20%, e uma perda do valor real dos activos monetários da ordem dos 30% não serão sequer os mais elevados – embora sejam provavelmente, os percebidos de forma mais gravosa pela generalidade da população; mas poderá ser a única forma de trazer a uma economia com grandes debilidades o suplemento de competitividade que lhe permitirá crescer de imediato.» (*Id. Ibid.*)

⁸⁴ «Há autores que consideram que a possibilidade de sair da Zona Euro teria de ser organizada em conjunto com muitos países. Não estou de acordo com isso. Acho que é perfeitamente possível conceber uma saída individual, desde que a negociação seja feita em comum acordo e com o apoio das instituições comunitárias. E Portugal tem urgência nisso, do meu ponto de vista, porque eu cada vez mais me convengo de que o problema nacional não tem solução dentro da Zona Euro.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

⁸⁵ «Primeiro, as autoridades comunitárias, em particular a Comissão Europeia e o Conselho declarariam aceitar o processo de saída e que auxiliariam o país em caso do processo descambar por qualquer razão. É algo sempre delicado, porque tem muito a ver com a confiança depositada no processo por parte dos agentes económicos. Segundo, creio que será necessário em qualquer caso, esteja Portugal dentro ou fora da Zona Euro, aumentar os prazos de pagamento da dívida externa (semelhantes aos que a Irlanda obteve) ao abrigo do auxílio comunitário. Terceiro, o mais difícil de todos mas penso que não haveria obstáculos intransponíveis, é o Banco Central Europeu (BCE) comprometer-se a ir renovando a dívida que os bancos portugueses têm no BCE, mesmo depois da saída, embora reduzindo gradualmente esse endividamento. Portanto, o BCE não poderia fechar de repente a torneira, porque depois os bancos portugueses não teriam como financiar-se.» [*Id. Ibid.*]

mercados internacionais? Ou se tudo faz parte de um *master plan* para abrir as portas à União Bancária e, em última análise, à Federação Europeia?

Para Ferreira do Amaral (2013), o processo não tem sido um pragmático “empurrão para a União Bancária”, nem as soluções encontradas têm sido suficientes⁸⁶. Vítor Bento (2013) mostrou-se céptico quanto à possibilidade de uma gestão maquiavélica e predeterminada, por parte de certos países ou no seio burocrático de Bruxelas, para criar as condições favoráveis à criação de uma União Bancária⁸⁷. E que o chamado *bullying* é mero oportunismo racional dos mercados.⁸⁸ Pelo que, se houver “golpe de misericórdia”, a culpa é do país que se deixou ficar à mercê do ataque.⁸⁹ Como Portugal já não possui independência monetária e não pode desvalorizar a moeda, compete-lhe aplicar políticas de austeridade, que infelizmente criam um choque na procura interna, pelo que os próximos anos serão “muito difíceis”⁹⁰. O autor prevê a manutenção do *status quo* de Portugal na Zona Euro e “sem receita milagrosa” para a sua situação⁹¹. Para João Duque (2013), «Até 2015, a situação vai manter-se, com Portugal cada vez mais pobre, mais pobre, e mais pobre.»⁹²

⁸⁶ «Penso que a União Bancária não era, à partida, aquilo que se pretendia mas foi a solução encontrada para ver se a situação na Zona Euro se estabiliza. Tenho as minhas dúvidas de que tal seja suficiente. Tenho quase a certeza que não vai ser suficiente.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

⁸⁷ «Sou muito céptico em relação às teorias da conspiração. A realidade social é demasiado complexa e elástica para que alguém consiga maquiavêlicamente controlar todas as variáveis relevantes para obter um determinado resultado. A dose de incerteza que existe na interacção das várias comunidades humanas que fazem parte do todo social, é demasiada porque a teia dessa interacção é demasiado complexa. Não acredito que tal ocorra à macro-escala europeia. Em escalas mais pequenas, talvez. Ponho de lado, pois, qualquer intencionalidade de produzir um determinado resultado mesmo que alguém beneficie dessa situação.» [Vítor Bento, Entrevista para o TIF N.º 2, 25/02/2013]

⁸⁸ «Aquilo a que chama *bullying* não é mais do que oportunismo racional a aproveitar-se de vulnerabilidades que já existem. Os mercados não são conduzidos por razões morais, nem sequer imorais; são amorais. O objectivo de quem tem uma carteira de investimentos é maximizar os lucros.» [*Id. Ibid.*]

⁸⁹ «As condições de vulnerabilidade já lá estavam, e são elas que, digamos, “alimentam o apetite” do especulador. Quando muito, há um golpe de misericórdia. Mas não é ele que cria a desgraça. Quando muito, aproveita-se de uma desgraça que já existe.» [*Id. Ibid.*]

⁹⁰ «Como Portugal não pode desvalorizar a moeda, terá que sobrecarregar o primeiro instrumento. Consegue atingir o equilíbrio externo – que dispensa a economia de depender do financiamento externo – mas à custa de um sobre-ajustamento da procura interna. Ou seja, importa menos porque consome menos, e não porque exporte o que seria necessário para manter o nível de consumos a que se habituou. Isto vai deixar a economia durante muito tempo a funcionar com níveis elevados de desemprego, até conseguir recuperar a competitividade necessária para crescer apoiado nas exportações e assim obter margem de manobra que estimule a procura interna e se absorvam os recursos disponíveis na economia. Ou seja, os próximos anos vão continuar muito difíceis.» [*Id. Ibid.*]

⁹¹ «Quer Portugal, quer a Zona Euro, vão lutar por manter o *status quo*, ou seja, que Portugal se mantenha na Zona Euro e que esta mantenha a sua integridade. Vão procurar minimizar os custos de transição deste processo, que vai ser demorado, para ambos os lados. Não há uma receita milagrosa que mude a situação de um momento para o outro.» [*Id. Ibid.*]

⁹² João Duque, Entrevista para o TIF N.º 3, 25/02/2013.

«É esta continuidade consolidada que estabelece uma tendência de definhamento, de gradual mas sistemática, perda de vitalidade, com acumulação de desequilíbrios (...)» (Lopes, 2009: 204), ao qual é associada «(...) a perda de relevância internacional de Portugal, porque fica sem meios próprios para fazer a defesa dos seus interesses ou a exploração das suas oportunidades (...)» (Lopes, 2009: 205) Ao mesmo tempo, salienta: «(...) do cenário de continuidade com definhamento em Portugal tem como consequência indirecta a integração de Portugal na dinâmica ibérica por via involuntária e não controlada pelos centros de decisão portugueses.» (Lopes, 2009: 206)

Foi ainda colocada a questão sobre a viabilidade da integração de Portugal numa Federação Europeia. No entender de Freire Nogueira (2013), o conceito de Estado-Nação está em crise no actual sistema internacional⁹³. Muito embora a adesão nacional ao bloco regional europeu tenha sido feito “ao arrepio de toda a nossa História”⁹⁴, se não for exequível refrear o processo de criação de uma Federação, pelo menos Portugal não correrá o risco de se desintegrar e talvez assim até proteja melhor a sua população dos desafios na pós-modernidade⁹⁵. Mas o autor não se esqueceu de acrescentar que «Toda esta gente, em teoria, vem cá com a melhor das intenções. O pior é depois.»⁹⁶ Quando interrogado sobre o futuro geopolítico nacional o autor falou de esperança⁹⁷; que a vocação portuguesa não é europeia, pelo que uma acrescida integração no projecto regional “Se correr mal, Portugal vai atravessar momentos de muita dificuldade”⁹⁸.

⁹³ «Foi a Europa inventou o Estado-Nação, também pode ser a mesma Europa o coveiro do Estado-Nação (que apenas se afirmou na Europa depois do séc. XVII). Hoje em dia, o Estado-Nação é demasiado pequeno para as coisas grandes e demasiado grande para as coisas pequenas. É óbvio que há um a crise do Estado-Nação, pois este sofre muita concorrência. Os Estados-Nação vivem em total esquizofrenia, pois fingem que fazem uma série de coisas que já não fazem. Estão limitados pela força das multinacionais, das organizações internacionais, etc. Aquela ideia que o que é bom para a *General Motors* é bom para os EUA, já não é bem assim. As multinacionais têm vontade própria. Depois temos as burocracias internacionais e a interdependência complexa de que falava Keohane e Nye (1972). As populações sentem-se desprotegidas pelo Estado e pelos grandes poderes que estão demasiadamente longe, e assim ressurgem os nacionalismos e as vontades autonómicas, o que poderá levar à desintegração de países como a Espanha, a Bélgica e a Itália.» [José Freire Nogueira, Entrevista para o TIF N.º 4, 27/02/2013].

⁹⁴ «Por uma série de condicionalismos, Portugal aderiu à União Europeia. O que vai a arrepio de toda a nossa História (que foi negar a Europa). Ainda hoje, no Boletim Meteorológico, nós dizemos “na Europa”, como se nós não fizessemos parte dela.» [*Id. Ibid.*]

⁹⁵ «Se o projecto de Federação Europeia avançar, pode não ser possível travar o processo. Tem algumas vantagens. Portugal é uma região, não vai desintegrar-se. A República gasta milhões com a Madeira e os Açores. Os arquipélagos não são ricos, não teriam vantagens em autonomizar-se. Os EUA não estão interessados nos Açores, não precisam deles.» [*Id. Ibid.*]

⁹⁶ *Id. Ibid.*

⁹⁷ «Há sempre uma palavra de esperança. Portugal é um país muito antigo, tem raízes profundas e não vai ser esta crise que vai acabar com o país. Nem merecemos acabar, mostrámos uma resiliência de novecentos anos.» [*Id. Ibid.*]

⁹⁸ *Id. Ibid.*

De acordo com Joaquim Aguiar (2013), a posição geopolítica de uma “sociedade periférica dependente” como Portugal subordina-se ao valor que lhe atribuem os seus aliados. E que «(...) o campo estratégico relevante é o da resolução da crise na escala europeia: Portugal só é importante porque é um dos espaços experimentais em que se ensaia o que poderá vir a ser a nova configuração institucional europeia.»⁹⁹ A convicção do autor é lacónica: «(...) Portugal só existirá no interior da Federação Europeia (...)».¹⁰⁰ O que parece opinião mais estritamente motivada por razões economicistas, como se o país se resumisse a ser um Estado com capacidade de distribuição de recursos pela sua população.

Os economistas consultados não foram unânimes nas respostas. João Duque (2013) declarou-se favorável¹⁰¹; Ferreira do Amaral (2013) mostrou-se contrário e céptico em relação a uma tal hipótese¹⁰².

Por seu lado, Loureiro dos Santos (2013) argumentou ser presentemente “impossível” «(...) uma deriva federativa da UE no sentido que nos interessaria (tipo EUA), dada a sua natureza intergovernamental, de que os Estados mais poderosos não abdicam, particularmente a Alemanha.»¹⁰³ Ao mesmo tempo alertou: «Teremos que estar muito atentos, pois poderá haver tentativas destas potências mascararem medidas

⁹⁹ «A posição geopolítica de Portugal não se alterou, continua a ser uma sociedade periférica com poucos recursos, baixa produtividade e, porque fica dependente de políticas distributivas, com forte propensão ao endividamento. Ou seja, é uma sociedade periférica dependente. Nestas condições, a valorização desta posição geopolítica será sempre mais função dos aliados – aqueles que prolongam os poucos recursos existentes porque os integram em correntes estratégicas mais vastas – do que da vontade nacional ou do que os projectos nacionais. Na crise actual, o campo estratégico relevante é o da resolução da crise na escala europeia: Portugal só é importante porque é um dos espaços experimentais em que se ensaia o que poderá vir a ser a nova configuração institucional europeia, mas também poderá ser uma das pedras que se solta na montanha e anuncia a derrocada.» [Joaquim Aguiar, Entrevista para o TIF N.º 7, 04/04/2013]

¹⁰⁰ «Com o seu actual nível de rendimentos e de expectativas, Portugal só existirá no interior da Federação Europeia. Não existindo Federação Europeia, Portugal terá de sofrer uma drástica redução de rendimentos e de expectativas até voltar a encontrar condições para uma estratégia de desenvolvimento – que implicará sempre o abandono das estratégias de distribuição.» [*Id. Ibid.*]

¹⁰¹ «Uma maior integração é fundamental. A União Europeia, como ela existe, não é um modelo sustentável, esgotou-se. No meu entender, é preciso criar uma Federação Europeia. É preciso um governo com um orçamento grande, importa transferir algumas responsabilidades para um governo central.» [João Duque, Entrevista para o TIF N.º 3, 25/02/2013]

¹⁰² «Tenho as minhas dúvidas que se avance para uma Federação, para não dizer que não se vai avançar quase de certeza. Sou contrário à transformação da União numa federação. Estão em curso grandes alterações de poder na Europa, pelo que Portugal não tem o mesmo grau de interesse em pertencer à União Europeia do que na altura da nossa adesão.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

¹⁰³ José Loureiro dos Santos, Entrevista para o TIF N.º 5, 13/03/2013.

intergovernamentais, que mantêm a existência de um Directório (tenderá a ser de um só país, logo passar a Império), de medidas "federativas".»¹⁰⁴

Pezarat Correia (2013) também se preocupou com a ascensão do protagonismo alemão, pois «A História diz-nos que a Alemanha sempre teve tendência para assumir políticas expansionistas, para lutar pelo seu espaço vital quando se sente apertada geograficamente. Isto é muito preocupante.»¹⁰⁵ Sendo que «Em 2025 estaremos a viver num mundo multipolar. Neste sistema, se a UE não for um parceiro forte, será a Alemanha.»¹⁰⁶ Por seu lado, Loureiro dos Santos (2013) admite o risco de, no futuro, Portugal se tornar numa “província” alemã; apesar de acreditar mais na possibilidade de Portugal poder tornar-se no centro de uma abrangente aliança atlântica¹⁰⁷. Resumindo, da perspectiva de Pezarat Correia (2013), «O futuro de Portugal? Neste contexto algo pessimista, o papel de Portugal será muito limitado.»¹⁰⁸

Até mesmo num contexto de mudança na balança de poderes com a transferência do centro de gravidade do Atlântico para o Pacífico, do hemisfério Norte para o hemisfério Sul? Ferreira do Amaral (2013) concorda com a transferência de poder geoeconómico do Atlântico para o Pacífico, mas não hemisférica do Norte para o Sul¹⁰⁹. Vítor Bento (2013) admite que “Portugal tem sido um dos grandes perdedores” do processo de ajustamento dos centros geoeconómicos e geopolíticos europeus para leste e mundiais para o Pacífico¹¹⁰. Para Pezarat Correia (2013) essa transferência do centro mundial do

¹⁰⁴ José Loureiro dos Santos, Entrevista para o TIF N.º 5, 13/03/2013.

¹⁰⁵ Pedro Pezarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013.

¹⁰⁶ *Id. Ibid.*

¹⁰⁷ «Com um pequeno grau de probabilidade ser uma "província" de segundo nível de um "Estado" europeu dirigido por Berlim - com todos os inconvenientes estratégicos que são inerentes a um cenário destes. Com maior probabilidade, no centro de uma aliança atlântica que poderá abranger os países marítimos de ambas as margens do oceano (da Europa, o seu arco marítimo), juntamente com alguns países do Centro/ Leste Europeu receosos da Alemanha e da Rússia.» [José Loureiro dos Santos, Entrevista para o TIF N.º 5, 13/03/2013].

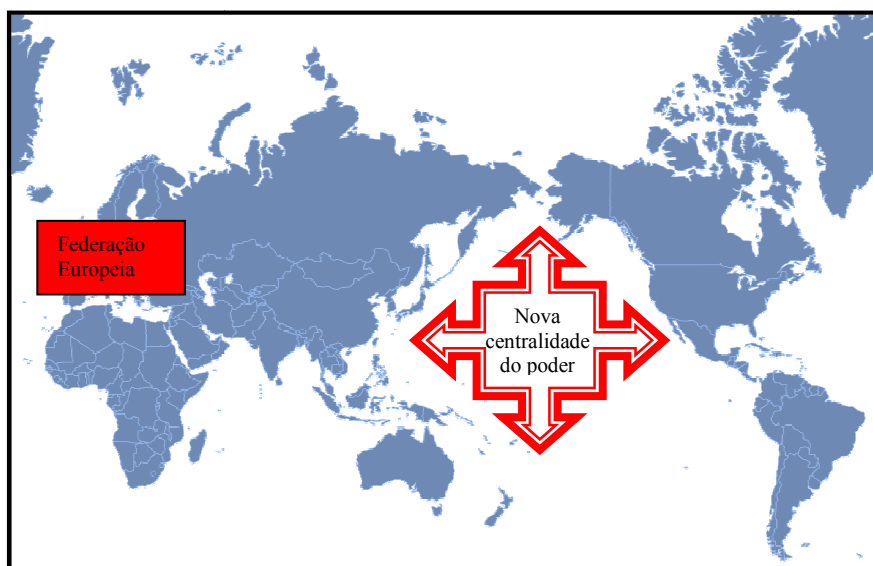
¹⁰⁸ Pedro Pezarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013.

¹⁰⁹ «Do hemisfério Norte para o hemisfério Sul não creio, até porque o Sul é muito menos povoado do que o Norte. Os grandes mercados estão a Norte. Do Atlântico para o pacífico, sim é verdade. O Pacífico tem uma capacidade de crescimento maior. Mas o Atlântico também vai ter uma importância crescente no comércio mundial.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

¹¹⁰ «Portugal tem sido um dos principais perdedores do processo de deslocação, para leste, dos centros (europeu e mundial) geoeconómicos e geopolíticos. Quando entrámos para a CEE, a Europa “relevante” era praticamente a parte Ocidental e ninguém previa que deixasse de o ser num futuro próximo. Com a queda do Muro de Berlim, toda a geografia europeia (do ponto de vista físico, político e económico) foi alterada. A própria União Europeia alargou-se a um ritmo sem precedentes, porque todos os alargamentos anteriores haviam sido paulatinos, de consolidação. De repente, os alargamentos foram acelerados e abrangentes. Com isso, o centro político-económico transferiu-se para leste. A princípio, o centro (geográfico) do projecto de construção europeia era

Atlântico para o Pacífico torna a situação geopolítica portuguesa ainda mais periférica do que da perspectiva da UE¹¹¹.

Mapa 1: Prospectiva de Continuidade e Definhamento



Fonte: A Autora

Joaquim Aguiar (2013) elaborou resposta mais abrangente em termos prospectivos. Sendo assim, começou por explicar que: «Não é possível usar a cláusula do *ceteris paribus* no horizonte de 2025, porque tudo terá mudado nesse intervalo de tempo (...)»¹¹² Mas depois discursou sobre três cenários possíveis. Primeiro, «Com Federação Europeia, Portugal terá as especializações seleccionadas no espaço continental e o modelo de referência será a Florida nos Estados Unidos.»¹¹³ Segundo, «Com hegemonia chinesa, o modelo de referência será Macau, uma base de penetração dos interesses

talvez a cidade do Luxemburgo. Hoje é Bratislava (Eslováquia). Os países que mais se afastaram do “centro” foram Portugal, Espanha e Irlanda, com a agravante de Portugal não ter mais nenhum *hinterland*. Portugal ficou mais distante do centro geoeconómico mas sem que tenha alargado as suas alternativas, pois para trás só tem mar. Mesmo que queiramos englobar o Mediterrâneo e o Norte de África, o resto da Europa está mais próximo do que nós. Por outro lado, quando o centro económico se desloca para o Pacífico, Portugal também fica mais afastado. Consequências? Praticamente as que advieram da queda do Muro de Berlim.» [Vitor Bento, Entrevista para o TIF N.º 2, 25/02/2013]

¹¹¹ O Atlântico, que antes era o centro mundial, está a sofrer com uma transferência de poder para o Pacífico (os EUA continuam poderosos mas estão a investir muito mais na sua costa oeste). Diz-se que o séc. XXI vai ser o século da Ásia ou do Pacífico. Se tal se efectivar, Portugal torna-se num dos países mais periféricos. A UE é periférica e Portugal é, de todos os Estados-membros, o mais periférico. Nesse século XXI asiático, os BRICS têm uma maioria de países asiáticos (Rússia, China e Índia) ou uma maioria nos chamados países do Sul, no contexto Norte-Sul (Brasil, África do Sul, Índia e China).» [Pedro Pizarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013]

¹¹² Joaquim Aguiar, Entrevista para o TIF N.º 7, 04/04/2013.

¹¹³ *Id. Ibid.*

chineses na Europa, mas também uma base de supervisão para o Atlântico Sul (...)»¹¹⁴
Terceiro, «Com a continuação da hegemonia americana, em processo de diluição, Portugal não tem relevância e voltará a ser uma plataforma de passagem de redes de interesses como antes foi de povos e tribos.»¹¹⁵

Portanto, num cenário em que Portugal prossegue a sua matriz onde predomina o idealismo político, e mantém uma posição de baixo poder relativo num quadro internacional altamente competitivo, o resultado será o de continuidade e definhamento, com potencial perda total de soberania (ou até de relevância estratégica) se o processo de integração europeia caminhar para a constituição de uma Federação Europeia, num quadro de transferência da centralidade do poder do Atlântico para o Pacífico.

Cenário 2: Transformação e Afirmção

*«Fico que em todo o mundo de vós cante/ De sorte que Alexandro em vós se veja/
Sem à dita de Aquiles ter enveja.» (Camões)¹¹⁶*

Os factores geopolíticos e geoestratégicos «...não definem, por si só, o Poder de determinado actor, mas providenciam contribuição significativa para tal e para uma decorrente interpretação da realidade, quer nacional, quer internacional, utilizada em diferentes escalas, desde a regional até à mundial.» (Mendes Dias, 2005: 222). Neste contexto, os referidos factores devem ser aproveitados ao máximo das suas potencialidades, com base nos princípios da flexibilidade, da neutralidade ou da fraternidade consoante as circunstâncias.

Se a união faz a força, o potencial principal estaria no factor humano, nas pessoas. Teriam de ser atraídas para o projecto de afirmação nacional, tanto as que residem no território como alguns emigrantes e estrangeiros. Propõe-se que o principal objectivo da governação seja acabar com a “inveja”, com as relações de poder autofágicas que periodicamente imperam em Portugal e minam o seu progresso. Por um lado, a elite governante deve promover a união nacional. Por outro lado, os Estados bem governados e os líderes sensatos preocupam-se sempre a não desesperar os grandes e a satisfazer o povo. Pelo que a conquista do poder político deve velar, acima de tudo, pelo interesse nacional e pela qualidade dos centros de decisão (alguns dos quais têm de ser mantidos

¹¹⁴ Joaquim Aguiar, Entrevista para o TIF N.º 7, 04/04/2013.

¹¹⁵ *Id. Ibid.*

¹¹⁶ “*Os Lusíadas*”, *Canto X*, 156. (Pinto Pais, 2009: 617).

sob controlo português em nome da independência do país). Há que administrar orientações estratégicas duradouras, cimentadas no longo prazo, para não serem constantemente mudadas por cada partido que ascende ao poder, por razões eleitoralistas ou outras do tipo conjuntural. «(...) é a mudança nas linhas de orientação da direcção política «(...) ainda que envolvendo, na maioria dos casos, a mudança da composição da elite política) que funciona como detonador da mudança da cultura política em sociedade.» (Lopes, 2009: 211)

Outra hipótese é Portugal assumir uma postura mais proactiva e assertiva dentro da própria UE, estabelecendo agendas¹¹⁷ (menos passiva, enquanto mero cumpridor de medidas impostas por Bruxelas) procurar formar parcerias estratégicas conjunturais ou constituir um *lobby* de países periféricos¹¹⁸, com vista a proteger-se melhor no futuro quando houver crises económico-financeiras ou necessidades estratégicas de segurança e defesa, por exemplo na bacia do Mediterrâneo, seguindo uma perspectiva mais conforme às regras do realismo político, gerindo as peças no xadrez geopolítico da *realpolitik* mais do que as cartas no póquer do idealismo político.

O futuro do país pode estar muito dependente da evolução da sua economia, por esta determinar a sustentabilidade das políticas sociais, e os níveis de defesa e segurança¹¹⁹. Sendo assim, devem prosseguir-se internamente políticas macroeconómicas de promoção do crescimento económico. Externamente devem-se adoptar decisões de visão de longo prazo no plano geoeconómico, baseadas no realismo político das relações internacionais. Depois, há que escolher «(...) as vocações competitivas em que se justifica aplicar os recursos existentes com expectativa racional de se obter retorno

¹¹⁷ «As relações de Portugal com a UE a propósito das suas dificuldades resultantes do endividamento não podem passar apenas pelo cumprimento do Memorando de Entendimento acordado com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional (...) Portugal tem de ter uma agenda para procurar intervir na transformação do modo de funcionamento da UE (...)» (Félix Ribeiro, 2011: 135)

¹¹⁸ «Neste quadro, os países periféricos poderiam talvez constituir um *lobby*. Parece que as políticas europeias actuais não estão a velar pelos interesses europeus no seu conjunto. Actualmente a Alemanha tornou-se numa força hegemónica na Europa e está a reforçar o seu poder. Está a criar-se um fosso Norte/Sul.» [Pedro Pizarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013]

¹¹⁹ «O futuro da economia em Portugal determina, em grande medida, o que será o futuro de Portugal. Não teria de ser assim (...) Contudo, a economia assume uma importância especial no caso português porque é em relação aos indicadores económicos que são referenciados e avaliados os projectos e as propostas que emanam dos centros políticos e que definem as condições de motivação nos grupos sociais ou as condições de defesa e segurança nas relações internacionais. É a evolução da economia que determina a sustentabilidade das políticas sociais e, em última análise, disso depende a legitimidade do exercício do poder político.» (*Id. Ibid.*, 247)

adequado em termos de volume de emprego, de remunerações e de efeito de modernização.» (Lopes, 2009: 212)

Para além do que, no entender de Ferreira do Amaral (2013) a diplomacia económica deve acompanhar o ritmo da capacidade produtiva portuguesa, para não assinar acordos que estas não possam cumprir; e a apoiar as empresas que precisam nos mercados em que a sua penetração seja complicada¹²⁰. No que concerne a Portugal, acredita que o país deve diversificar mais a carteira de países-alvo¹²¹. Pelo que o país deve tentar equacionar uma nova centralidade numa *hub* (centro multimodal) mais global¹²².

«Portugal deve ter como principal preocupação geopolítica a valorização do seu papel em cada um dos espaços em que se insere.»¹²³ Se o país possui vocação marítima e universalista (“vocação geoestratégica global”)¹²⁴, então, «(...) Portugal insere-se em diferentes espaços, tais como o ibérico, a UE, a CPLP, a OTAN, a global.»¹²⁵

Portanto, uma das hipóteses é investir mais nas relações com outros países lusófonos, nomeadamente o Brasil e Angola, por serem mercados emergentes com potencial de afirmação futura; e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹²⁶. O

¹²⁰ «Há empresas que não precisam de apoio. Outras podem necessitar de apoio em mercados em que é mais difícil entrar. Também é importante pressionar à descida de barreiras nos mercados para onde queremos exportar. (...) Portanto, a situação varia. Portugal tem-se feito um esforço no sentido da diversificação dos mercados de destino das nossas exportações e isso é muito importante. Mas também há limitações. Se não houver capacidade para produzir mais, não se pode exportar mais.» [João Ferreira do Amaral, Entrevista para o TIF N.º 1, 21/02/2013]

¹²¹ «Também pode ser usado para facilitar [o espaço lusófono, com o Brasil e Angola]. Mas Portugal deveria explorar também o Canadá e os EUA e temos lá muitos emigrantes. O México é um país grande, que possui potencialidades de crescimento. Ou a sul, com países com grande capacidade de crescimento como a Argentina, o Chile, a Venezuela. Penso que se está a tentar investir mais nestes mercados, o que é importante e será certamente uma ajuda. A Europa não terá uma forte capacidade de crescimento no futuro, pelo que é um erro apostar em mercados com baixa capacidade de crescimento.» [*Id. Ibid.*]

¹²² «Portugal pode tentar ganhar uma nova centralidade. Em vez de se fechar apenas à Europa, poderá ver-se como um elo central numa *hub* mais global e não ser apenas um terminal de todas as outras *hubs*. Ou então, cria uma *hub* própria, aproveitando as importantes ligações que possui com o Norte de África e o Brasil, como forma de contrabalançar o efeito centrífugo que tem nas novas centralidades europeia ou euro-asiática.» [Vitor Bento, Entrevista para o TIF N.º 2, 25/02/2013]

¹²³ Pedro Pezarat Correia, Entrevista para o TIF N.º 6, 02/04/2013.

¹²⁴ «Entre as realidades que podem ser minimizadas, encontra-se indubitavelmente o facto de ser a atlanticidade do território nacional, decorrente da posição periférica do Continente, reforçada pela projecção atlântica das Ilha, que o diferenciam decisivamente de qualquer outra região da Península, e da própria Espanha, cuja orientação geográfica é predominantemente mediterrânica. Daí que decorra a possibilidade de se decompor a vocação geoestratégica global da região ibero-atlântica em duas vocações distintas complementares, a atlântica (primordialmente portuguesa) e a afro-mediterrânica (primordialmente espanhola.» (Carvalho, 1981, p. 110)

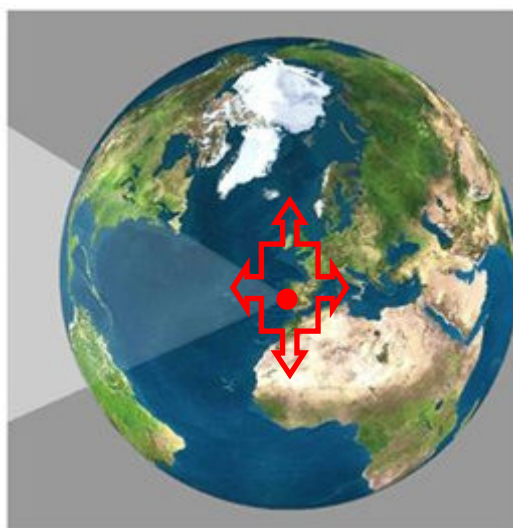
¹²⁵ *Id. Ibid.*

¹²⁶ «Podemos tentar algumas alternativas, por exemplo, no espaço da Lusofonia (que não é apenas histórico-cultural). Aqui destacam-se as relações económicas com o Brasil, Angola e Moçambique. A CPLP é um capital para nós e uma aliança estratégica a cultivar. Se os países lusófonos crescerem, nós podemos aproveitar as nossas relações privilegiadas com eles. Mas também podem

objectivo é dinamizar as relações no Atlântico Sul e hemisféricas Norte-Sul, porque «(...) a globalização não se vai gerir a partir da organização de espaços macro-regionais assentes na proximidade geográfica, mas sim na constituição de redes mundiais transversais que permitam maximizar a autonomia regional dos países (...)» que delas façam parte. (Félix Ribeiro, 2011: 138).

Outra das hipóteses seria apostar na aliança atlântica com os EUA¹²⁷ e aproveitar o facto de ser Estado-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Mapa 2: Prospectiva de Transformação e Afirmação



Fonte: A Autora

Mas se a nova centralidade do poder está a transferir-se para o Pacífico, Portugal poderá avaliar o benefício líquido de intensificar o relacionamento com economias fortes como a China e o Japão; com países estratégicos do ponto de vista da segurança e defesa da região. Ou apostar no Índico e na Ásia com Estados intersticiais como o Qatar e Singapura¹²⁸. O propósito é contrariar no terreno a ideia de país periférico, apostando à escala global, na universalidade das suas potencialidades e capacidades intrínsecas que resultam das suas localização geográfica e herança histórica.

deixar de precisar de nós, pelo que temos que saber gerir a situação (e neste aspecto há algumas comparações possíveis com a relação Grã-Bretanha/EUA, pois a primeira tem presentemente uma posição secundária em relação aos segundos).» [Carvalho, 1981, p. 110]

¹²⁷ «Portugal deveria reforçar a nível global as relações com os Estados Unidos e com estados que a nível global reconhecem as vantagens de uma relação privilegiada com os Estados Unidos, mantendo obviamente a sua autonomia de decisão regional.» (Félix Ribeiro, 2011: 137)

¹²⁸ *Id. Ibid.*: 138.

«Em pleno século XXI, a posição simultaneamente “Marítima e Litoral” de Portugal ainda lhe permite funcionar como plataforma de apoio logístico e operacional (...)» (Leal, 2007: 41), complementar «(...) ao controlo e defesa das linhas de comunicação do Atlântico, Europa, Médio Oriente e Norte de África. Também proporciona a vigilância e controlo do Mediterrâneo Ocidental.» (Leal, 2007: 41) A este propósito, «Portugal pode funcionar como base de operações, com relevo para *Peacekeeping* e *Humanitarian* em África, mas também de apoio logístico a eventuais operações no quadro da CPLP.» (Leal, 2007: 41) Para além de «(...) garantir operações de controlo aeronaval no oceano Atlântico e, de assegurar a manutenção da liberdade de movimento Norte-Sul de Este-Oeste, bem como o reforço do elo transatlântico.» (Leal, 2007: 41)

Neste contexto, o mar é avaliado enquanto recurso natural abundante, viável e pouco explorado desde o fim do império; do ponto de vista da segurança e defesa, e da herança histórica, mas também económico.¹²⁹ «Portugal é um país privilegiado por possuir uma ZEE de enormes dimensões, com o conseqüente direito de gerir, conservar e explorar todos os recursos naturais das águas e do leito oceânico.» (Leal, 2007: 41) Faz sentido, pois, «(...) desenvolver linhas de acção políticas e estratégicas que lhe permitam dar resposta aos desafios políticos, económicos, ambientais e de segurança que a ZEE lhe coloca.» (Leal, 2007: 41) Sendo que ZEE é aproximadamente dezoito vezes superior à extensão terrestre, para além de ser a maior ZEE da UE (Leal, 2007: 11).

Consequentemente, se Portugal prosseguir uma linha de orientação mais baseada na utilização eficiente e eficaz dos seus factores geopolíticos e geoestratégicos, e no estabelecimento de alianças estratégicas conjunturais, consoante os seus interesses nacionais, mais conforme aos ditames do realismo político, o país poderá construir um futuro de transformação e afirmação e recuperar alguma soberania.

¹²⁹ «É claro que devemos apostar no mar. Deixámos desaparecer a nossa frota. Quase só fizemos disparates. Mas também é fácil criticar agora, depois da desgraça ter acontecido. (...) O que mais temos? A nossa História. O que falta? Juntar-nos aos que são maiores do que nós.» [José Freire Nogueira, Entrevista para o TIF N.º 4, 27/02/2013].

Conclusão

A geopolítica é uma esfera de análise multidisciplinar. Aqui foi estudada sob os holofotes de dois paradigmas das relações internacionais, o realismo político e o idealismo político. Admite-se que a geopolítica relaciona o poder político com o espaço, e que a sua abordagem possa ser entendida de forma mais abrangente do que como simples instrumento de apoio às opções políticas, ou objecto de estudo dos factores geográficos em função da decisão política. Também contribuem para a sua análise, por exemplo, as decisões políticas da perspectiva estratégica e económica de influência geográfica. No que importa para o TIF, o objectivo é perceber que o espaço influencia a dinâmica de um Estado. O Estado em consideração é Portugal.

Desde a sua adesão à então CEE, Portugal prossegue predominantemente o paradigma idealista político das relações internacionais, o que é particularmente evidente com a intervenção da *Troika* em Portugal. O que resulta numa perda do poder relativo no xadrez internacional, também em função de uma percepção negativa dos factores geopolíticos portugueses chave, reduzindo Portugal à categoria de PPP na UE e mormente na Zona Euro; assim resumindo uma nação de nove séculos à condição de Estado Exíguo, quando não tinha que ser assim. Afinal, Estados de pequena dimensão surgem na História como exemplos que têm feito frente a países com mais território e mais recursos, em função da sua localização, das suas alianças estratégicas e da capacidade de transformar em oportunidades o que outros entendem como dificuldades. Portugal já foi exemplo disso mesmo no tempo das *Descobertas Ultramarinas*.

Portanto, é preferível que Portugal altere o seu paradigma dominante para o realismo político, porque o contexto é de crise e de incerteza em relação ao futuro; ambiente propício à liderança e sobrevivência dos países mais fortes; ou dos Estados mais capazes de negociar e de gerir redes de influência. Neste sentido, se as potências da época prosseguem o realismo político, também para se precaverem, com base na lei do mais forte (por exemplo, os EUA), talvez seja de concluir que os Estados partidários do paradigma idealista acabam seguidores e não líderes no xadrez internacional. A ser assim, dentro de um bloco regional como a UE ou mesmo a Zona Euro, se houver Estados-membros que comecem a prosseguir mais o seu interesse nacional do que o colectivo (por exemplo, a Alemanha), então, podem tornar-se líderes dentro de uma comunidade onde há demasiadas cabeças a decidir (28 Estados membros na UE e

dezoito na Zona Euro). Nesta linha predomina a afirmação do poder soberano e o interesse de cada Estado, e não a cooperação altruísta de partilha de poder.

Seja como for, as criações sociais e institucionais, inclusive as supranacionais como a UE, são espelho dos comportamentos humanos dos seus cidadãos. Por princípio, povos conscientes dos seus direitos e que assumam as suas responsabilidades em verdadeiros Estados de Direito Democrático, poderão defender melhor a sua vontade colectiva, ao exigir mais intervenção dos cidadãos no seu projecto colectivo ou a recuperar mais soberania sobre o seu destino individual – porque demonstram possuir maturidade suficiente para recusarem, sempre que possível, a supervisão externa. Mas, para isso, é necessário comprometimento da parte dos cidadãos para com a Democracia e fiscalização dos processos que dela decorrem.¹³⁰ Se no sistema internacional reinar o egoísmo e o interesse nacional dos Estados mais possantes, é preferível que os pequenos países também se protejam e não sejam comidos por ingenuidade, falta de preparação ou defesa. Alerta-se ainda para a possibilidade do risco de conflitos poder renascer dentro de um projecto transnacional quando este se distancia muito da vontade dos povos, e é mais dinamizado pela elite governante, pelos representantes políticos em que os povos votam mas nos quais não se revêem. Um risco que não é menor actualmente no seio da UE ou até da Zona Euro, organizações das quais Portugal é Estado-membro.

Mas depois de 2008, Portugal pode ter sido alvo de *bullying* pelos mercados internacionais desde a eclosão da crise financeira internacional em 2008 (embora nem todos os autores concordem com essa hipótese). A emergência nacional é conjuntural, afectada pela grave crise financeira internacional que agita os mercados globais desde 2008, mas é sobretudo uma crise interna e estrutural, tanto da perspectiva económico-financeira, como de valores – chegando a ser uma crise de identidade e de liderança. Portugal parece não ter sido governando por elites dirigentes motivadas pelo interesse nacional, velando por conveniências particulares e corporativas, que não eram ao mesmo tempo prudentes e visionárias para o Estado-Nação, desbaratando os recursos disponíveis. E se Portugal não possui grandes recursos próprios para além dos humanos,

¹³⁰ «(...) outra contenda da paz democrática diz respeito à relação entre o público interno das democracias e a responsabilidade institucional (*institutional accountability*). Se os cidadãos de uma democracia fossem realmente menos inclinados a arcar com os custos materiais das guerras e mais avessos a qualquer perturbação quanto aos seus negócios privados, não veríamos, tantas vezes, os próprios cidadãos e eleitores clamarem pela guerra. A vigilância da diplomacia por parte dos cidadãos e o fim dos acordos secretos não foram eficientes antídotos contra a belicosidade dos governantes, como acreditavam Kant e Woodrow Wilson.» (Villa e Tostes, 2006: 76)

do território e localização geográfica, e do mar (a sua ZEE), tem tido acesso a recursos externos (inclusive a entradas de capital) suficientes para justificar um nível de desenvolvimento mais elevado e sustentável. Outros factores geopolíticos e geoestratégicos são a posição central no atlântico, o espaço linguístico e a presença histórica em vários continentes. Em consequência, a verdadeira situação actual do país é difícil de resolver, não porque se desconheçam os problemas, mas porque ao longo da História portuguesa estes são recorrentes mas não eficazmente resolvidos.

Foram ainda estudados dois cenários geopolíticos simplificados. O primeiro, de continuidade e definimento, traduz-se na manutenção do *status quo* (inclusive no que concerne ao paradigma idealista, baseado na confiança institucional e na manutenção de alianças permanentes centradas nas dinâmicas do bloco regional europeu). Resultaria em última análise na perda total de soberania, no caso de Portugal integrar uma futura Federação Europeia; pois perderia assim relevância estratégica, para além de poder relativo no quadro regional, num registo de ascensão geopolítica alemã; e no quadro internacional de transferência de poder, do ponto de vista geoeconómico, do Atlântico para o Pacífico. Nestas circunstâncias, Portugal ficaria confinado à sua continentalidade.

O segundo cenário prospectivo, de transformação e afirmação, Portugal adoptaria predominantemente uma *realpolitik* de flexibilidade, neutralidade ou fraternidade consoante as circunstâncias e as prioridades tácticas. Desta forma, o país poderia explorar ao seu máximo potencial, a sua atlanticidade e universalismo (de raízes histórico-culturais), não sendo assim ameaçado por uma transferência da centralidade do poder geoeconómico ou geopolítico, seja do Atlântico para o Pacífico, ou hemisférica de Norte para o Sul (por causa das redes de contactos estabelecidas com a CPLP, os países lusófonos, as economias emergentes ou outros aliados estratégicos), pela capacidade atempada que teria para gerir os dossiers.

Bibliografia

- Arendt, Hannah (1965). *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Arendt, Hannah (2004). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Aristóteles (1998). *Política*. (Coleção Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas, Edição Bilingue) Lisboa: Veja.
- Baud, Pascal *et al.* (1999). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Bessa, Daniel (2011). “Trinta Anos Depois, o FMI Está de Regresso a Portugal”, em Vasconcellos e Sá, Jorge (Org.), *Portugal e o Futuro: Falam Duas Gerações de Economistas*. Porto: Vida Económica; pp. 55-70.
- Cabral Ferreira, J. M. (1977). “Poder”. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura – Verbo*, Vol. 15, pp. 346-348.
- Campelo Amaral, António e Carvalho Gomes, Carlos (1998). “Notas – Livro I”, em Aristóteles, *Política*. (Coleção Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas, Edição Bilingue) Lisboa: Veja, pp. 594-598.
- Carr, Edward H. (2001). *Vinte Anos de Crise – 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: UNB.
- Carvalho, Virgílio de (1981). “Contribuição para o Pensamento Geoestratégico Português”. *Nação e Defesa*, Ano VI, N.º 18, pp. 107-117
- César das Neves, João (2011). *As 10 Questões da Crise*. Alfragide: D. Quixote.
- Chauprade, Aymeric (2007). *Géopolitique – Constantes et changements dans L’Histoire*. Paris : Editions Ellipses.
- Cohen, Saul B. (2003). *Geografía y Política en un Mundo Dividido*. Madrid: Ediciones Ejercito.
- Cohen, Saul B. (2009). *Geopolitics: The Geography of International Relations*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Dueck, Colin (2006). *Reluctant Crusaders: Power, Culture and Change in American grand Strategy*. New Jersey: Princeton University Press.

Duroselle, Jean-Baptiste et Renouvin, Pierre (2001). *Introducción a la Historia de las Relaciones Internacionales*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Edelman, Eric S. (2010). “Understanding America’s Contested Primacy”. *Center for Strategic and Budgetary Assessment (CSBA)*, pp. ix-79.

Félix Ribeiro, José M. (2011). “Portugal, Europa e Globalização – Como Gerir as Consequências do Endividamento e Construir Alianças Externas para o Crescimento”. *Relações Internacionais*, N.º 31, Setembro, pp. 135-139.

George, Pierre (1968). *Geografia Activa*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Goldstein, Joshua S. and Pevehouse, Jon C. (2006). *International Relations*. New York: Pearson.

Haggman, Bertil (2007). “Rudolf Kjellén and Modern Swedish Geopolitics”. *Geopolitics*, Vol. 3, N.º 2, pp. 99-112.

Haushofer, Karl (1986). *De La Géopolitique*. Paris: Fayard.

Hennig, Richard e Körholz, Leo (1977). *Introducción a la Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar.

Herb, Karlfriedrich (2013). “Além do Bem e do Mal: o Poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, N.º 10, Janeiro-Abril, pp. 267-284.

Herz, Mónica e Hoffmann, Andrea R. (2004). *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Hurtig, Serge (1966). “Introdução à Sociologia Política”. *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Ano 4, N.º 13, 1º Trimestre, pp. 74-107.

Instituto de Altos Estudos Militares (1993). *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. (ME 71-00-08). Lisboa: IAEM

Kant, Immanuel (2008). *À Paz Perpétua*. Porto Alegre: L&PM.

Keohane, Robert e Nye, Joseph (1977). *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little-Brown.

- Kissinger, Henry (1994). *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster.
- Leal, João L. (2007). “Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal – Factores Físico, Humano e Circulação”. *Revista Militar*, N.º 2463, Abril, pp. 1-51. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=193 (data de acesso 10 Dezembro 2013)
- Link, Arthur S. *et al.* (1984). *The Papers of Woodrow Wilson* (Vol. 45). New Jersey: Princeton University Press.
- Lopes, Ernâni R. *et al.* (2009). *A Economia no Futuro de Portugal*. (Coleção “Portugal Desafios nos Alvores do Século XXI” publicada com o Jornal Sol). Lisboa: Mirandela – Artes Gráficas SA.
- Madan, M. (1839). *Juvenal and Persius* (Vol. I). Oxford: J. Vincent.
- Magnoli, Demétrio (2004). *Relações Internacionais: Teoria e História*. São Paulo: Saraiva.
- Maquiavel (2000). *O Príncipe*. (Livros de Bolso, N.º 24) Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Mazarr, Michael J. (2003). “George W. Bush, Idealist”. *International Affairs*, Vol. 79, N.º 3, pp. 503:522.
- McCullough, Colleen. (1992). *O Primeiro Homem de Roma* (Vol. I) Lisboa: Difel.
- Mendes Dias, Carlos M. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio.
- Menezes Ferreira, João de (2011). “Nos Tiros de Partida para a Inevitável Revisão do Tratado de Lisboa – Quem Ousa Abrir Todas as *Matrioshkas*?”. *Relações Internacionais*, N.º 32, Dezembro, pp. 107-128.
- Moreira, Carlos Diogo (1994). *Planeamento e estratégias da Investigação Social*. Lisboa: ISCSP/UL.
- Moreira, Adriano (2011). “Portugal e a Geopolítica da Interculturalidade”, em Matos, Artur T. e Lages, Mário F. (Coord.), *Povos e Culturas, Portugal Intercultural*, N.º 13, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, UCP, pp. 53-91.

Morgenthau, Hans (2003). *A Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*. Brasília: UNB.

Perissinotto, Renato M. (2004). “Hannah Arendt, Poder e A Crítica da ‘Tradição’ ”. *Lua Nova*, N.º 61, pp. 115-138.

Pezarat Correia, Pedro de (2004). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I* (coleção Andaimos do Mundo, N.º 3). Coimbra: Quarteto Editora.

Pezarat Correia, Pedro de (2012). “Geopolítica e Geoestratégia”. *Nação e Defesa*, N.º 131, 5ª Série, pp. 229-246.

Pinto Pais, Amélia (2009). *Luís de Camões – Os Lusíadas*. Porto: Areal Editores.

Ratzel, Friedrich (1987). *La Géographie Politique*. Paris : Fayard.

Reis, Ricardo (2011). “Solução para Portugal: Fazer Mais com os Portugueses”, em Vasconcellos e Sá, Jorge (Org.), *Portugal e o Futuro: Falam Duas Gerações de Economistas*. Porto: Vida Económica; pp. 177-195.

Resolução da Assembleia da República N.º 35/2008. *Diário da República, Iª Série, N.º 145, de 29 de Julho de 2008*, pp. 4802-4803.

Ribeiro, Elisa A. (2008). “A Perspectiva da Entrevista na Investigação Qualitativa”. *Evidência*, Araxá, N.º 4, pp. 129-148.

Saraiva, António J. (1980). *Luís de Camões – Estudo e Antologia*. Lisboa: Bertrand.

Tucídides (2008). *História da Guerra do Peloponeso*. Lisboa: Edições Sílabo.

Varela, Maria H. (2000). *Microfilosofia(s) Atlântica(s) – Confrontos e Contrastos*. Braga: Edições APPACDM.

Villa, Rafael D. e Tostes, Ana P. (2006). “Democracia Cosmopolita Versus Política Internacional”. *Lua Nova*, N.º 66, pp. 205-214.

Weiss, Linda (1997). “Globalization and the Myth of Powerless State”. *New Left Review*, N.º 225, pp. 3-27

Winter, Lairton M. (2006). “A Concepção de Estado e de Poder Político em Maquiavel”. *Tempo da Ciência*, 13, N.º 25, 1º Semestre, pp. 117-128.